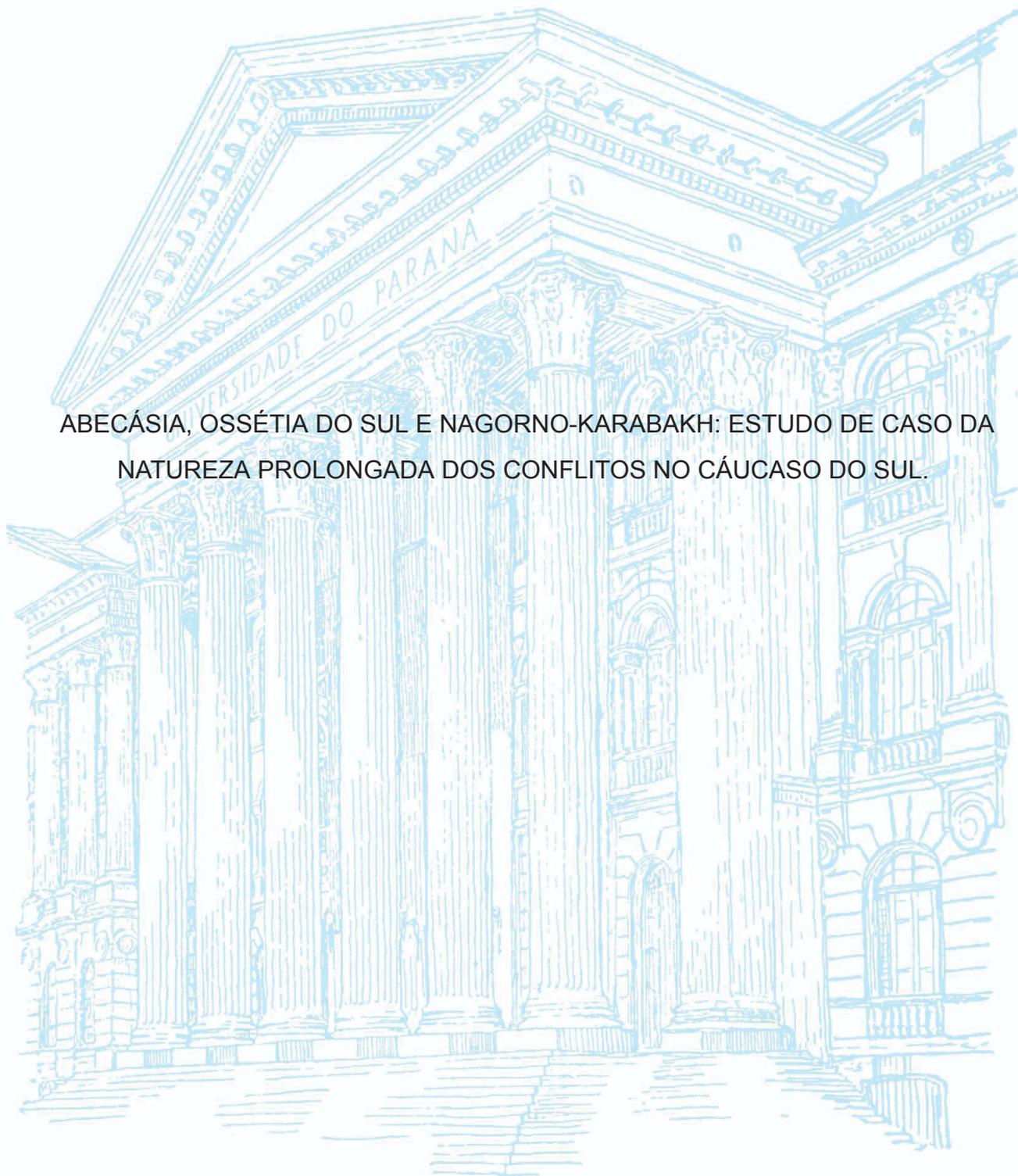


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENAN RODRIGUES ANTUNES

ABECÁSIA, OSSÉZIA DO SUL E NAGORNO-KARABAKH: ESTUDO DE CASO DA
NATUREZA PROLONGADA DOS CONFLITOS NO CÁUCASO DO SUL.



CURITIBA

2023

RENAN RODRIGUES ANTUNES

ABECÁSIA, OSSÉTIA DO SUL E NAGORNO-KARABAKH: ESTUDO DE
CASO DA NATUREZA PROLONGADA DOS CONFLITOS NO CÁUCASO DO
SUL.

Dissertação apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, para conclusão do curso e obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Antunes, Renan Rodrigues

Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh : estudos de caso da natureza prolongada dos conflitos no Cáucaso do Sul. / Renan Rodrigues Antunes. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas.

1. Conflito social - Cáucaso. 2. Azerbaijão. 3. Geórgia. 4. Ciência Política. I. Blanco, Ramon. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RENAN RODRIGUES ANTUNES** intitulada: **ABECASIA, OSSETIA DO SUL E NAGORNO-KARABAKH: ESTUDO DE CASO DA NATUREZA PROLONGADA DOS CONFLITOS NO CAUCASO DO SUL**, sob orientação do Prof. Dr. RAMON BLANCO DE FREITAS, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

01/09/2023 16:15:24.0

RAMON BLANCO DE FREITAS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/09/2023 09:18:17.0

FERNANDO JOSÉ LUDWIG

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS)

Assinatura Eletrônica

01/09/2023 18:41:47.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e tres às 10:00 horas, na sala <http://meet.google.com/wcq-azuo-qia>, (via remota), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **RENAN RODRIGUES ANTUNES**, intitulada: **ABECASIA, OSSETIA DO SUL E NAGORNO-KARABAKH: ESTUDO DE CASO DA NATUREZA PROLONGADA DOS CONFLITOS NO CAUCASO DO SUL**, sob orientação do Prof. Dr. RAMON BLANCO DE FREITAS. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: RAMON BLANCO DE FREITAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA), FERNANDO JOSÉ LUDWIG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS), ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, RAMON BLANCO DE FREITAS, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora. Observações: A banca atribuiu nota 80,00 (oitenta) à dissertação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

01/09/2023 16:15:24.0

RAMON BLANCO DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/09/2023 09:18:17.0

FERNANDO JOSÉ LUDWIG
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS)

Assinatura Eletrônica

01/09/2023 18:41:47.0

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por possibilitar a conclusão deste estudo.

Aos meus familiares, meus pais Raquel e Gerson, e minha noiva Kamily, por todo o apoio que me foi dado desde o início. Desde as tentativas que me fizeram ingressar no programa de Mestrado, e nos anos em que me dediquei para alcançar este resultado.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP-UFPR), em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Ramon Blanco, por cada ensinamento, por seus comentários e orientações que possibilitaram a compreensão do tema e foram indispensáveis, e de extrema importância, para alcançar a conclusão deste projeto.

Aos professores Alexsandro Eugenio Pereira e Fernando Ludwig, por aceitarem a participação na banca avaliadora, e proporcionarem uma excelente análise deste estudo, além do apoio que me foi dado.

Por fim, dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram para sua conclusão.

RESUMO

O presente estudo estabelece uma análise acerca da intensidade destrutiva e da natureza prolongada dos conflitos no Cáucaso do Sul, tendo por objetos os casos da Ossétia do Sul, Abecásia e do Nagorno-Karabakh. O argumento central consiste na necessidade de critérios objetivos para adoção de pontos de origem para os conflitos prolongados. A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa é qualitativa, e como técnica, utiliza-se o estudo de caso. No aspecto teórico, adota-se como base o conceito de Conflito Social Prolongado do autor Edward Azar. Este estudo está estruturado em três capítulos, inicialmente o capítulo um é dedicado à exposição da literatura especializada acerca do estudo dos conflitos, com foco para os pontos de origem e suas dinâmicas. Posteriormente, no segundo capítulo, é realizada a exposição dos fatos relacionados às guerras entre separatistas abecasis e ossetas na Geórgia, e armênios no Azerbaijão desde o ponto comum da dissolução da União Soviética. Por fim, o terceiro capítulo de teor analítico, aplica o conceito de Conflito Social Prolongado ao contexto fático dos conflitos no Cáucaso do Sul.

Palavras-chave: Conflito Social Prolongado. Cáucaso do Sul. Azerbaijão. Geórgia.

ABSTRACT

The present study analyzes the destructive intensity and protracted nature of the conflicts in the South Caucasus, having as its objects the cases of South Ossetia, Abkhazia, and Nagorno-Karabakh. The central argument consists of the need for objective criteria for adopting points of origin for prolonged conflicts. The methodology adopted for the development of this research is qualitative, and as a technique, the case study is used. Theoretically, the concept of "protracted Social Conflict" by the author Edward Azar is adopted as a basis. This study is structured into three chapters. Initially, chapter one is dedicated to exposing the specialized literature on the study of conflicts, focusing on the points of origin and dynamics. Subsequently, in the second chapter, the exposition of the facts related to the wars between separatists Abecasis and Ossetes in Georgia, and Armenians in Azerbaijan since the common point of the dissolution of the Soviet Union. Finally, the third analytical chapter applies the concept of Protracted Social conflict to the factual context of conflicts in the South Caucasus.

Key-words: Protracted Social Conflict. South Caucasus. Azerbaijan. Georgia.

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM I - Identificação da Ossétia do Sul no território georgiano.....	54
IMAGEM II - Identificação da Abecásia no território georgiano.....	57
IMAGEM III - Acordo de paz Armênia-Azerbaijão 2020 (Nagorno-Karabakh)...	69
IMAGEM IV - Conflitos Prolongados selecionados por Edward Azar.....	75
IMAGEM V - Mapa étnico da Geórgia.....	80

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I - Conceito de Conflito Social Prolongado de Edward Azar, pré-condições, dinâmicas e resultados (CSP).....	34
QUADRO II - Pré-condições dos Conflitos Sociais Prolongados aplicadas aos casos da Abecásia e Ossétia do Sul nos conflitos com a Geórgia.....	84
QUADRO III - Pré-condições dos Conflitos Sociais Prolongados aplicadas ao caso do Nagorno-Karabakh.....	91

LISTA DE SIGLAS

CSP - Conflito Social Prolongado (CSP).

IAA - Igreja Apostólica Armênia (IAA).

OA - Oblast Autônomo (OA).

ONU - Organização das Nações Unidas (ONU).

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

RSS - República Socialista Soviética (RSS).

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.0 ESTADO DA ARTE NO ESTUDO DOS CONFLITOS: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS NAS ORIGENS E DINÂMICAS.....	14
1.1.DA ORIGEM DOS CONFLITOS E DA DEFINIÇÃO DE CONFLITO SOCIAL PROLONGADO.....	15
1.1.1 Da contribuição de Edward Azar no Estudo dos conflitos: Das causas e fatores que justificam a natureza prolongada.....	20
1.2 DOS PROCESSOS DE ATIVAÇÃO NOS CONFLITOS DE NATUREZA PROLONGADA E AS DIMENSÕES DOS SEUS RESULTADOS.....	34
1.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	42
2.CONFLITOS NO CAUCASO.....	46
2.1.ORIGENS: O PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA E OS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS.....	47
2.2. DOS CONFLITOS NO CÁUCASO DO SUL.....	50
2.2.1. Geórgia e os casos da Ossétia do Sul e da Abecásia.....	52
2.2.2. O conflito do Nagorno-Karabakh entre o Azerbaijão e a Armênia.....	60
2.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	70
3. OS CONFLITOS DO CÁUCASO DO SUL SOB A ÓTICA DOS CONFLITOS SOCIAIS PROLONGADOS.....	73
3.1. ABECÁSIA, OSSÉTIA DO SUL E KARABAKH: CONFLITOS PROLONGADOS NO CÁUCASO DO SUL.....	74
3.2. DINÂMICAS DOS CONFLITOS SUL-CAUCASIANOS.....	91
3.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	95
CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Há entre a literatura internacionalista uma preocupação quanto a adoção de pontos de partida para os conflitos, dos meios para alcançar sua gestão e especialmente, das maneiras de atingir sua resolução. A tendência a atribuir origens que se complementam levaram conceitos e teorias a níveis de complexidade que explicam em detalhes os diversos fatores que podem originar atos violentos. No entanto, mesmo com esse avanço, ainda há casos em que a partir de um único fator é possível identificar a razão para que o conflito ocorra.

Esta dissertação analisa os conflitos que ocorrem na região do Cáucaso do Sul e dedica-se especialmente para compreender os fatores que provocam a escalada da violência entre as partes envolvidas. O problema adotado consiste em: Como explicar a intensidade destrutiva, e a natureza prolongada, do conflito no Cáucaso do Sul? Para responder a esse questionamento, o objetivo do presente estudo está na compreensão da origem dos conflitos nas regiões da Ossétia do Sul, Abecásia e no Nagorno-Karabakh, considerados entre os principais casos de confrontos violentos no espaço pós-soviético.

O argumento central adotado na pesquisa diz respeito à complementaridade das condições para o surgimento de conflitos, tendo como objeto o conceito de Conflito Social Prolongado (CSP) desenvolvido pelo autor Edward Azar. Destaca-se que para Azar as possíveis origens de um conflito prolongado são as questões comunitárias e étnicas, as necessidades humanas enfrentadas por grupos em situação de conflito e vulnerabilidade, às relações externas do Estado afetado e o papel adotado pelo Governo para com os seus nacionais (AZAR, 1990, p.7).

Para o desenvolvimento desta dissertação a metodologia adotada é qualitativa, sendo realizada através de um estudo de caso, com fontes primárias e secundárias. Das fontes primárias são destacados os documentos publicados através da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Grupo de Minsk, como órgão da Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE).

Adota-se o estudo de caso uma vez que esse método “contribui de forma inigualável, para compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p.21). Na presente pesquisa os fenômenos sociais e políticos são as transformações resultantes da dissolução da União Soviética nos territórios da Geórgia, Azerbaijão e Armênia. Além da participação de diversos atores internacionais, tanto para a cooperação e encerramento do conflito, quanto para fomentar as tensões existentes entre as partes.

Os objetivos específicos deste estudo consistem em: a) Contribuir para o debate dos estudos dos conflitos, especialmente quanto as origens, a partir de diferentes leituras na contribuição de autores da literatura especializada, b) Apresentar os conflitos no sul do Cáucaso a luz do conceito de conflito social prolongado, visando uma leitura ampla dos elementos que iniciaram e mantêm os conflitos no Azerbaijão e na Geórgia, c) Explicar a razão da complementariedade de elementos para a compreensão adequada dos conflitos, independente das naturezas interna ou externa dos conflitos.

No que se refere a literatura utilizada, além do conceito principal para o desenvolvimento desta pesquisa, são mencionados ainda outros autores no Estudo dos conflitos que proporcionam novas leituras, ou complementam as definições de Azar. Cita-se, por exemplo, Marie Gardner que lista condições para que os conflitos ocorram, como por exemplo, a insegurança, a desigualdade, os incentivos privados e as percepções. (GARDNER, 2002, p.18).

Christopher Mitchell, por sua vez, resume a ideia de um conflito, independente de sua natureza, de forma a reunir três elementos essenciais, que são inclusive partes estruturantes da teoria de Johan Galtung, sendo esses: uma situação de conflito, o comportamento conflituoso e as atitudes e percepções conflitantes (MITCHELL, 1981, p.16). Em resumo, o autor se refere a essa noção tridimensional como a situação de conflito ligada a objetivos incompatíveis, o comportamento conflituoso como uma gama de condições psicológicas experimentadas pelas partes envolvidas, e por fim, as atitudes das partes conflitantes como um conjunto de comportamentos relacionados usados

para alcançar os objetivos disputados (MITCHELL, 1981, p.32).

Outro ponto relevante no que se refere à estrutura dos conflitos e suas origens, refere-se a desigualdade e as necessidades que surgem decorrentes do processo violento. Ho-Wo Jeong (2000) aborda esse fator em sua obra, e afirma que “as condições estruturais para o surgimento de graves conflitos sociais estão relacionadas ao acesso desigual ao poder político e à marginalização cultural de determinados grupos” (JEONG, 2000, p. 36). Jeong também apresenta algumas questões presentes no conflito como a natureza humana e a violência, a frustração dos grupos que precedem atos de agressão, perspectivas psicológicas, privação de necessidades humanas, formação de identidade de forma individual e no conjunto social, além dos fatores mais evidentes como sociedades divididas.

Desse modo, conforme já mencionado, através de alguns exemplos de teóricos que elaboraram obras dedicadas à compreensão do estudo dos conflitos, esta pesquisa apresenta o grau de semelhança e a função complementar de um autor nas demais obras do tema, e que influenciaram diversas pesquisas de conflitos violentos desde suas publicações.

Este estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo está dividido em três seções, e é dedicado ao aspecto teórico que dá sustentação para toda a análise dos casos mencionados nesta introdução. A primeira seção consiste na revisão das principais contribuições teóricas que desenvolveram conceitos acerca da origem dos conflitos. São reunidas as definições de autores como: Marie Gardner (2002), Bryant Wedge (1990), Edward Azar (1990), Christopher. R. Mitchell (1981), e Ho-Won Jeong (2000).

Na segunda seção, é apresentada a elaboração teórica desenvolvida por Edward Azar, contemplando as pré-condições dos conflitos de natureza prolongada, as dinâmicas que ocorrem no curso dos eventos e, por fim, os resultados comuns identificados pelo autor nos casos analisados ao longo de sua pesquisa. Na terceira e última seção, a conclusão parcial consiste em uma revisão dos conceitos trabalhados, considerando sua relevância para aplicação aos casos desta pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado a uma apresentação geral do processo

histórico de desenvolvimento dos conflitos em território azerbaijano e georgiano, relacionando eventos das fases anterior e posterior a dissolução da União Soviética para a origem dos movimentos de secessão e da violência no Karabakh, Ossétia do Sul e Abecásia. De igual modo, a estrutura do capítulo segue em seções, sendo a primeira dedicada ao período soviético e os pontos de destaque para explicar a violência presente, sobretudo, no leste europeu e no Cáucaso do sul.

Na sequência, as duas sub-seções inseridas no capítulo possibilitam a compreensão dos conflitos na Geórgia e no Azerbaijão de modo que preserve as características de cada região e ainda direciona para uma leitura de identificação dos seus pontos em comum. Destaca-se ainda do capítulo dois a conclusão parcial, que demonstra os objetivos da abordagem fática dos conflitos no Cáucaso do Sul, e direciona para a questão analítica que norteia o terceiro capítulo da presente dissertação.

Assim sendo, o terceiro capítulo desta dissertação é dedicado à aplicação do conceito de Conflito Social Prolongado nos casos analisados no capítulo dois. Importante mencionar que neste capítulo consta o argumento central que se refere às razões para a não hierarquização de pré-condições e a relevância de regionalização do conceito para sua aplicação adequada.

Além é claro, de observar que todos os elementos apresentados por Edward Azar correspondem a uma noção de cadeia complementar, explicitada pelo próprio autor ao longo de suas obras, dado que os elementos que compõem esses casos, interferem diretamente no processo do conflito, e implica de igual modo nos seus resultados. Por fim, são realizadas as considerações finais com um levantamento de todo o conteúdo da dissertação e possíveis argumentos adicionais para a compreender as origens no campo do estudo dos conflitos.

Da conclusão desta pesquisa, entende-se que a explicação para a intensidade destrutiva e o prolongamento dos conflitos do Cáucaso do Sul, repousa na conexão de todos os elementos que originaram as hostilidades na região, desde as causas mais primárias, e de difícil mensuração, como as necessidades humanas, até pontos mais claros como a atuação estatal, o fator comunitário, e ainda, as conexões internacionais que somadas correspondem a

ampla visão de Azar dos conflitos e suas origens. Além disso, soma-se a esta pesquisa as possibilidades de aplicação do conceito de Conflito Social Prolongado, sobretudo para os casos de conflitos intraestatais, que podem ser exploradas por novos pontos de partida.

1. O ESTADO DA ARTE NO ESTUDO DOS CONFLITOS: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS NAS ORIGENS E DINÂMICAS.

Este capítulo é dedicado à fundamentação teórica do presente estudo, apresentando desse modo a literatura correspondente à origem dos conflitos. Assim sendo, a estrutura segue em três seções, sendo a primeira dedicada a uma apresentação das principais e amplamente aceitas contribuições teóricas que tratam acerca da origem dos conflitos, com menção às suas causas e condições. Ainda na primeira seção, é apresentada a definição do conceito de Conflito Social Prolongado delineando seus elementos e suas propriedades.

A segunda seção é dedicada à apresentação das dinâmicas dos conflitos de natureza prolongada. Importante afirmar que através das dinâmicas são detalhadas as características gerais apresentadas na primeira seção, que atribuem maior profundidade ao processo em que os conflitos são desenvolvidos. Posteriormente, é realizada a análise dos resultados, que se apresentam como meios complementares à lógica anterior quanto a ativação e o desenvolvimento dos conflitos. Ainda na segunda seção, são apresentadas as possíveis medidas de solução no entendimento adotado por Edward Azar.

A terceira e última seção, demonstra inicialmente que a produção teórica no Estudo dos conflitos tem em seu desenvolvimento uma aproximação que compartilha de conceitos e definições.

Na conclusão parcial está inserida a análise quanto à ordem das pré-condições adotada por Azar, sobretudo em sua escala de importância. Por essa razão, adota-se no encerramento do presente capítulo, a necessidade de manter em termos conceituais, a igualdade das pré-condições, havendo alteração e atribuindo maior relevância a um dos seus elementos somente a partir de análise empírica.

1.1 DA ORIGEM DOS CONFLITOS E DA DEFINIÇÃO DE CONFLITO SOCIAL PROLONGADO.

As contribuições teóricas variam consideravelmente desde suas origens até as propostas mais ambiciosas que apresentam mecanismos de solução e eventuais meios para possibilitar a consolidação da paz. Em outras palavras, há por um lado, entre os conceitos e teorias, a busca por uma constatação de padrões para o surgimento dos conflitos, e quanto a ambição em parte da literatura, a mesma está presente na proposta de soluções para crises de grande complexidade, e que se mostram permanentes.

Ainda assim, mesmo que contem com desenvolvimentos distintos, há uma clara associação nas produções, especialmente no que os autores observam a partir do que consideram como causas para os conflitos, tanto aqueles de natureza interestatal quanto os intraestatais.

Observa-se por exemplo, nas palavras de Anne Marie Gardner (2002), o que a autora considera como as causas potenciais a partir de sua leitura acerca das obras no estudo dos conflitos. Importante salientar que as causas apontadas pela autora são identificadas em porção majoritária da literatura especializada, sendo elas: A insegurança, a desigualdade, os incentivos privados e as percepções. (GARDNER, 2002, p.18). Esse caráter amplo nas análises de causas e condições dos conflitos é fundamental para estabelecer uma produção adequada às suas diversas propriedades, visto que, normalmente, os conflitos são caracterizados por uma variação nas suas bases.

Assim, dando início aos comentários acerca do entendimento de Anne Gardner (2002), no que compete à insegurança, a autora associa essa causa potencial dos conflitos às capacidades estatais. Em outras palavras, nos casos em que devendo o Estado conter as hostilidades e proporcionar a proteção aos grupos em suas fronteiras, falha, direcionando então ao seu colapso. Nas palavras da autora, "sob essa visão, o colapso do governo, ou a incapacidade do Estado de proteger todos os grupos dentro de suas fronteiras, estimula vários grupos a elevar a provisão de segurança a uma preocupação primária".

(GARDNER, 2002, p. 18). Essa lógica que atribui às questões securitárias um caráter primário para o Estado, segundo Gardner, pode ser inclusive entendida como o prelúdio para o colapso estatal, ao invés de ser considerado o seu resultado (GARDNER, 2002, p.18). Desse modo, na ausência de um controle, a consequência é a escalada da violência entre grupos que buscam manter a sua própria sobrevivência. Nota-se ainda que o fator securitário expõe a fragilidade do Estado, que atua através do controle repressivo na tentativa de solução dos conflitos. Desse modo, da sua própria atuação agressiva, na ausência de meios institucionais, decorre também, como afirmam David Lake e Donald Rothchild, a demonstração da sua fraqueza.

Para além da compreensão da segurança, Gardner apresenta como segunda causa, o fator da desigualdade. Deve-se mencionar que a desigualdade no entendimento de Anne Gardner consiste em uma causa dotada de maior complexidade do que normalmente se observa nas pesquisas acerca das origens dos conflitos. Isso se dá pelo fato de que, nas palavras da autora, “a desigualdade pode ser medida em múltiplas dimensões: participação política, ativos econômicos, renda, educação e situação social”. (GARDNER, 2002, p.19).

O fator da desigualdade contribui diretamente para a mobilização dos grupos, que na frustração com suas condições sociais e econômicas, e em regra, associados a políticas discriminatórias, buscam alterar o seu status social por meio do conflito. Há que se falar ainda, que não necessariamente a frustração se manifesta unicamente no aspecto econômico, fato que a autora alerta para o equívoco de associar a pobreza como uma condição inevitável da guerra. Nesse sentido, Gardner afirma que essa causa desafia uma tendência comum dos formuladores de políticas de destilar o papel da economia em uma máxima simplista: a pobreza leva ao conflito e à guerra (GARDNER, 2002, p. 19).

Reafirmando o entendimento, ao mencionar a participação política, por exemplo, há um rompimento com a associação da pobreza e a violência, onde a busca se mostra exclusivamente no avanço em questões como a participação popular e no sistema educacional, onde se observa a

desigualdade entre grupos. Nesse sentido, outra abordagem teórica relevante acerca da participação política no contexto dos conflitos é apresentada por Edward Azar e Chung-in Moon, ao mencionarem que “essa desigualdade pode ser vista na distribuição assimétrica do poder político entre as forças sociais e na dominação do aparelho estatal por uma classe ou grupo social”. (AZAR e MOON, 1986, p. 396). Os autores seguem a análise afirmando os fatores que estão relacionados ao acesso e a distribuição assimétrica, onde “o acesso diferencial ao poder político, por sua vez, está relacionado às disparidades econômicas de renda, riqueza e status, e também na tentativa de estabilizar a estrutura social racionalizando as desigualdades resultantes”. (AZAR e MOON, 1986, p. 396).

Seguindo as considerações de Anne Gardner, a autora também apresenta os incentivos privados como causa para os conflitos. Há nessa dimensão uma variação no que corresponde às lideranças e aos seus seguidores. Para Anne Gardner alguns atores locais podem reagir a preocupações legítimas de segurança, enquanto outros líderes têm projetos mais predatórios (GARDNER, 2002, p. 20). Nesse cenário, a participação política nos conflitos demonstra ainda que as elites exploram fragilidades no âmbito social tornando grupos vulneráveis (sobretudo da população em condições econômicas precárias, e em um cenário de falta de oportunidades) como potencializadores, a fim de desenvolver as tensões para que as elites alcancem os resultados esperados como frutos das estratégias predatórias de controle e exercício do poder. Nessa lógica de incentivos, deve-se mencionar ainda a busca de vantagens por grupos que encontram a oportunidade de alcançar lucros com a continuidade do conflito.

Conforme afirma Gardner, esses grupos que lucram com o conflito (oportunistas de negócios ou criminosos, por exemplo) podem preferir o conflito contínuo à resolução, erguendo obstáculos ou prejudicando acordos. (GARDNER, 2002, p. 20). Em resumo, almejam a todo o custo a permanência como atores influentes no contexto do conflito.

Por fim, quanto às percepções como a última causa potencial no entendimento de Gardner, essa é considerada como fator chave em muitos

estudos, e conforme afirma a autora, especialmente em se tratando de conflitos étnicos. (GARDNER, 2002, p. 21). As percepções são o resultado da constatação de um grupo a partir de demonstrações discriminatórias provenientes de outro, e envolvem o medo e a desconfiança. Assim como Gardner, através da sua leitura ampla no estudo dos conflitos, Edward Azar, com base na produção de Anatol Rapoport, concluiu que no que se refere a distinção entre o “nós” e “eles”, como extremos nos conflitos étnicos, trata-se do resultado de um processo de internalização, e esse processo é propriamente o que Gardner denomina de percepção. Nas palavras de Azar (1978) nas lutas comunais e nos massacres realizados pelas próprias populações, tal ódio é engendrado por uma internalização da distinção entre "nós" e "eles" em sua forma mais extrema. (AZAR, 1978, p. 51).

Outro autor que desenvolveu em seus estudos a noção das percepções é Christopher. R. Mitchell (1981), que avançou, inclusive, ao detalhar a percepção do grupo para com seus próprios membros, e também, para com os seus inimigos. Nesse último caso, há uma variação que deve ser destacada. Trata-se da percepção envolvendo a natureza dos líderes e dos seus seguidores. Nas palavras de Mitchel, quanto aos líderes, a percepção é de que “há uma liderança do mal, que odeia e teme 'nosso próprio' grupo e que é responsável por iludir seus seguidores sobre 'nós' e nossos objetivos e ambições - bem como nossa boa vontade básica para com seu grupo ou nação. (MITCHELL, 1981, p. 105).

Ou seja, ainda que o grupo opositor seja entendido como inimigo em sua totalidade, as motivações são distintas. Quando se trata da população de forma geral, Mitchell afirma que há uma distinção, onde a percepção é de que “são basicamente bons, e apenas hostis a nós por causa das atividades de seus líderes” (MITCHELL, 1981, p. 105). Desse modo, nota-se que os grupos, influenciados por percepções, tornam o ambiente propício para o desenvolvimento de um novo conflito, ou para a continuidade de um conflito já em desenvolvimento. Anne Gardner menciona até mesmo outro elemento nesse quesito, no qual o ensino constitui um fator determinante para que essa visão de polarização populacional promova a violência e permaneça como

incontestável no imaginário social.

Além do mais, em decorrência do fato de que as percepções são fruto do pensamento comum de determinado grupo, aplica-se de igual modo a lógica de demonização do que se considera como o inimigo e potencial ameaça. Essa lógica, encontrada nos grupos, se manifesta primeiramente nos indivíduos. Assim, é no aspecto individual que está a relação com a educação mencionada por Gardner nas percepções como um modo de formação da imagem do “outro”. Nesse sentido, outra contribuição no estudo dos conflitos, em conformidade com o pensamento de Anne Marie Gardner, Azar, Mitchell entre outros autores, consiste na produção de Bryant Wedge (1990), que apresenta em sua obra o comportamento dos indivíduos e grupos em casos de conflito, a saber:

O grupo externo que é visto como uma ameaça a algum objetivo ou valor do grupo de referência é percebido como uma personificação de uma força inteligente e amoral empenhada em prejudicar o próprio grupo como objetivo principal. Supõe-se - e evidências sempre podem ser apresentadas em apoio à suposição - que o inimigo não tem senso de decência ou justiça, na verdade, tem uma propensão para métodos sorrateiros e dissimulados. (WEDGE, 1990, p.104)

Nesse sentido, com a menção à contribuição de Anne Marie Gardner acerca da origem dos conflitos, é possível observar como são manifestados os elementos em suas causas. De igual modo, é possível afirmar que o entendimento de Anne Marie Gardner está em conformidade com outras produções teóricas, não apenas acerca de sua própria produção, mas de forma ampla entre autores, dado que a própria autora aponta para essa associação. Nas palavras de Gardner (2002): A maioria dos autores concorda que a interação de vários fatores ao longo do tempo - condições estruturais ou implícitas e algumas causas mobilizadoras ou mais imediatas - é importante para compreender a eclosão do conflito violento. (GARDNER, 2002, p.21).

Ao reunir as contribuições mais influentes, e expor que de acordo com a porção majoritária de autores, há uma interação de fatores como aspecto importante para compreensão da origem de conflitos, Gardner demonstra que o avanço nesse campo de estudo observa pontos em comum. Assim, quanto ao

estudo dos conflitos, constata-se que há em cada obra um meio de detalhar as causas de interações violentas, considerando estabelecer um padrão de desenvolvimento nesses processos em um debate cada vez mais explorado, sobretudo quanto aos pontos de origem.

1.1.1. Da contribuição de Edward Azar no Estudo dos conflitos: Das causas e fatores que justificam a natureza prolongada.

Entre os estudos mencionados na seção anterior, está incluída a produção de Edward E. Azar, referencial central para o desenvolvimento desta pesquisa. É a partir desse cenário, dentre as contribuições teóricas, que o conceito de Conflito Social Prolongado (CSP), desenvolvido por Azar, se mostra como estudo relevante no avanço teórico. Para Azar, o conceito é definido como: “interações hostis que se estendem por longos períodos de tempo com surtos esporádicos de guerra aberta flutuando em frequência e intensidade” (AZAR, 1978, p.50). Além de que, o conceito inclui a essas mesmas hostilidades prolongadas, os casos entre indivíduos e grupos de um Estado-nação ou de outro Estado vizinho. E desse modo, estão inseridas as denominadas pré-condições, entendidas como as causas dos conflitos, que são: O fator comunal, as necessidades humanas, o papel do Estado e também as conexões internacionais (AZAR, 1990, p.7).

Assim diante dos seus elementos, entende-se o conceito de Conflito Social Prolongado como o meio mais adequado para o entendimento da ampla maioria dos casos envolvendo as crises securitárias no cenário global, independente de serem elas intra ou interestatais. Nesse sentido, quanto ao âmbito em que o conflito é desenvolvido, Azar e Moon afirmam que: “Ao contrário da noção convencional de guerra nas relações internacionais, como violência comportamental e interestatal, muitos dos conflitos no Terceiro Mundo são caracterizados pela violência estrutural, bem como pela violência intra e inter-estatais”. (AZAR e MOON, 1986, p. 394). Essa afirmação é possível, dado que a natureza do conflito, de acordo com o próprio conceito de Conflito Social Prolongado, tem suas respectivas características preservadas, e sua

compreensão se torna facilitada, uma vez que nesses casos, os fatores internos e externos no contexto do conflito operam em conjunto e influenciam um ao outro.

Essa característica ampla atribuída ao conceito é explicitada pelo próprio autor, ao afirmar que “o mesmo fornece uma visão mais profunda das questões do conflito - motivações dos envolvidos, papéis de autoridade, estruturas políticas e sociais, padrões de comportamento, necessidades, interesses e outros aspectos”. (AZAR, 1985, p.69).

Desse modo, visando o bom desenvolvimento do aspecto teórico, é fundamental apresentar as características dos Conflitos Sociais Prolongados no momento anterior aos detalhes das suas pré-condições. Nesse sentido, cumpre também apresentar que desde as primeiras obras do autor são observados pontos semelhantes. No ano de 1978, por exemplo, Edward Azar considerou as seguintes características para os Conflitos Sociais Prolongados: Duração (prolongada) do conflito, flutuação em intensidade e frequência da interação, a expansão do conflito para outros domínios, equilíbrio entre as forças conflitantes e a ausência de um término. (AZAR, 1978, p. 53).

Posteriormente, características semelhantes foram mantidas, tendo somente a adição de um ponto relevante para o estudo. Como se observa nas palavras de Azar e Moon (1986) os Conflitos Sociais Prolongados passariam a ser caracterizados então por: prolongamento temporal, alterações na intensidade e frequência, expansão do conflito de um Estado para outro, tendência para o equilíbrio parcial, ausência de um término explícito para o conflito, e adicionalmente pela demarcação imprecisa entre as fontes internas e externas de conflito. (AZAR e MOON, 1986, p.395).

Dentre as mencionadas nos parágrafos anteriores, o prolongamento temporal é inegavelmente uma das principais características dos Conflitos Sociais Prolongados, o qual está presente em todas as abordagens do autor e figura como elemento central de definição do próprio conceito. Isso se dá pelo fato de que, para Azar, esses conflitos são interações hostis que se estendem por longos períodos de tempo (AZAR, 1990, p.7). Em termos práticos, é possível observar o caráter prolongado na maioria dos casos analisados por

Edward Azar¹, que em regra, a troca de hostilidades se estende por duas décadas ou mais. Esse elemento de longa duração envolve questões complexas como subdesenvolvimento econômico e tecnológico e estruturas sociais e políticas não integradas (AZAR, 1985, p. 59), considerando ainda, que para Azar, os Conflitos sociais prolongados são profundamente afetados por mudanças nas estruturas econômicas e políticas de uma sociedade (AZAR, 1981, p. 329). Assim, qualquer alteração proposta a esses sistemas pode desencadear em novas razões, motivações e atores, e com isso o resultado inevitável é um período extenso de troca de hostilidades. Nesse sentido, no que se refere ao subdesenvolvimento econômico, deve-se mencionar que a proposição e adoção de planejamentos para reformular a economia de Estados em um cenário de conflito constitui um dos fatores de maior importância e que nem sempre são aplicados, dado que dependem de uma série de interesses entre os atores e da funcionalidade das instituições.

Na sequência das características apresentadas, quanto às alterações na intensidade e na frequência, essa corresponde a uma consequência natural em função da característica anterior, dado que a longa duração e a exigência de recursos para a manutenção do conflito, tendem à oscilação nos níveis de intensidade. Os recursos são indiscutivelmente econômicos e humanos, e Azar expõe esse argumento como um ciclo, segundo o autor:

Isso significa simplesmente que enormes quantidades de recursos humanos e materiais continuarão sendo consumidos na "roda giratória". A quantidade de tempo, recursos e tecnologia alocados para o confronto continuarão a minar as reservas frágeis e não sólidas de cada residente ou potencialmente disponíveis para os Estados da linha de frente de ambos os lados. O diálogo político e as considerações econômicas - incluindo mão de obra e decisões de desenvolvimento social - são reféns do conflito. (AZAR, 1978, p. 59-60).

¹ Ao longo de sua pesquisa, Edward Azar, aplicou o conceito de Conflito Social Prolongado em diferentes conflitos, citam-se os seguintes casos como exemplos utilizados em sua análise: Caxemira (Índia e Paquistão), árabe-israelense, China-Taiwan, Coreia do Norte-Coreia do Sul, Chipre (Grécia e Turquia), Trieste (Itália-Iugoslávia), Cambodia-Vietnam, Laos-Vietnam, Somália-Etiópia, Líbano, Irlanda do Norte, Sino-Soviético, Berlin (Alemanha Ocidental/Oriental - OTAN-Pacto de Varsóvia) (AZAR, 1978, p.46).

Ainda assim, quanto a essa característica nos conflitos prolongados, deve-se observar um aspecto relevante. Na exigência dos recursos humanos para fins de atividades militares, bem como, dos meios de sobrevivência das populações envolvidas, a alteração na intensidade e na frequência pode direcionar para o oposto do equilíbrio (outra característica mencionada pelo autor) entre as partes, uma vez que havendo um Estado ou grupo dotado de fontes superiores para a manutenção do conflito, resultará na sobreposição desse mesmo Estado ou grupo que detém as condições necessárias de manter o cenário conflituoso.

Na sequência, ao mencionar a expansão dos efeitos do conflito para outros Estados, essa característica não necessariamente consiste em um aspecto determinante, mas pode ser considerado comum. Muitos casos sugerem que os Conflitos Sociais Prolongados são intraestatais, mas mesmo dentro do próprio território, é frequente que os efeitos do conflito alcancem direta ou indiretamente o contexto regional, sobretudo por fatores de conexão entre grupos que compartilham objetivos comuns, ou na zona de influência de atores com recursos superiores aos que estão diretamente envolvidos.

Ainda quanto aos efeitos externos, dentre os conflitos considerados intraestatais, há o que pode-se denominar de conflitos interestatais indiretos. Esses podem ser constatados especificamente na aparente cisão comunitária em um determinado território, que já possui suas raízes entre confrontos de outros Estados. É possível identificar essa lógica, por exemplo, entre turcos e gregos no território do Chipre como um dos casos mencionados pelo autor.

Quanto ao equilíbrio, essa característica é identificada nas relações mantidas entre os indivíduos e os seus grupos na busca por atender às suas necessidades, sobretudo a segurança e as questões identitárias. Em termos práticos, a característica de equilíbrio entre as partes conflitantes é associada especialmente a questão do prolongamento temporal, uma vez que na ausência de superioridade de um dos lados (em casos envolvendo conflitos entre Estados), ou entre os grupos presentes (intraestatais), a semelhança na força empregada por esses atores impede que o resultado se manifeste no controle ou no domínio no campo do conflito tanto por um lado como do outro.

Já quanto à última característica mencionada pelo autor, a imprecisão se dá pelas diversas possibilidades de origem dos conflitos, que pode ser única ou múltipla, e entre atores no momento de sua identificação e objetivos. Essa imprecisão em especial é demonstrada por Edward Azar a partir de sua leitura de diversos casos envolvendo conflitos de natureza prolongada. Nas palavras de Azar (1990):

Muitos conflitos atualmente ativos nas partes subdesenvolvidas do mundo são caracterizados por uma demarcação imprecisa entre fontes e atores internos e externos. Além disso, existem vários fatores causais e dinâmicas, refletidos na mudança de objetivos entre atores e alvos. Por fim, esses conflitos não mostram pontos de partida e de chegada claros. (AZAR, 1990, p.6).

Diante de todo o exposto, e mencionadas as características, seguindo a lógica para uma abordagem ainda mais detalhada do conceito de Edward Azar, cumpre apresentar as pré-condições que determinam a existência de um Conflito Social Prolongado e que dão maior profundidade às características de um conflito dessa natureza. Nesse sentido, seguindo a ordem adotada nas noções introdutórias desta seção, são pré-condições, respectivamente: O fator comunal, as necessidades humanas, o papel do Estado e também as conexões internacionais.

Primeiramente, No que se refere à questão comunitária, Edward Azar associa a mesma aos fatores étnico, religioso e linguístico, e afirma que “se uma sociedade é caracterizada por uma composição multi comunitária, é mais provável que surjam Conflitos Sociais Prolongados”. (AZAR, 1990, p.7). Azar adotou o fator comunal como uma pré-condição relevante, afirmando que “a análise mais útil em situações de conflito social prolongado é o grupo de identidade — racial, religioso, étnico, cultural e outros” (AZAR, 1985, p.62).

E justificou seu entendimento demonstrando que “a razão é que o "poder" finalmente recai sobre o grupo de identidade” (AZAR, 1985, p. 62). Desse modo, para melhor compreensão da primeira condição de um Conflito Social Prolongado, cumpre inicialmente expor as condições que levam ao surgimento do fator comunal, as quais são apresentadas pelo autor a partir de duas

perspectivas: No passado colonial e nos padrões de rivalidade histórica, sobretudo étnica.

Esse fator étnico inserido na pré-condição comunal, também é analisado de forma individual por outros autores que fundamentam suas pesquisas exclusivamente nos conflitos dessa natureza. Cita-se, por exemplo, o estudo de Kumar Rupesinghe (1987), que não só apresenta as características próprias a esses casos de violência étnica, como também adota o termo desenvolvido por Azar. De acordo com o Rupesinghe (1987): os conflitos sociais prolongados são definidos como prolongados processos sociais que combinam etnicidade com uma demanda de redistribuição econômica. Em tais conflitos é difícil distinguir entre necessidades, interesses e segurança. (RUPESINGHE, 1987, p.533).

Cumprir mencionar que o entendimento de Rupesinghe dialoga diretamente com as produções teóricas de Edward Azar, demonstrando que os conflitos étnicos são em regra conflitos prolongados, nos mesmos termos que o autor cita na elaboração do seu conceito, além de associar a etnicidade com os fatores econômicos. Ainda assim, no desenvolvimento do raciocínio de Edward Azar, esse quesito não necessariamente se mostrou em maior grau de importância. Segundo o próprio autor, "o fato de que as divisões étnicas e comunitárias como fonte de conflitos sociais prolongados são mais óbvias do que outras não torna a etnicidade - que se refere a grupos de identidade que compõem uma política - um caso especial". (AZAR, 1985, p.61).

Por outro lado, ainda quanto ao fator comunal, um dos pontos mencionados anteriormente, relevante a esse respeito, é o passado colonial, comum nos conflitos prolongados no hemisfério sul que direciona, inclusive, para a principal distinção dos conflitos prolongados no norte global. Nesse sentido, nos casos em que o colonialismo gerou conflitos étnicos, onde claramente foram provocados por influências externas, estes estão associados ao contexto exploratório em que essas populações foram submetidas, como por exemplo, na imposição ao delimitar as fronteiras. Com isso, a busca desses povos por segurança, justiça e a satisfação das necessidades básicas para sua

sobrevivência torna-se ainda mais relevante do que necessariamente a clivagem étnica.

É nesse sentido, quanto a busca dos atores em garantir a sua sobrevivência, que se inicia a abordagem acerca das Necessidades humanas. Para Edward Azar, essa pré-condição figura como a razão principal para a origem de um conflito de natureza prolongada. De acordo com Azar (1985) “a origem do Conflito Social Prolongado é a negação dos elementos necessários ao desenvolvimento de todas as pessoas e sociedades, e cuja busca é uma necessidade imperiosa para todos”. (AZAR, 1985, p.60). Em específico, essa pré-condição, a que se atribui caráter primário, corresponde a três formas distintas de necessidades humanas. Inicialmente, aquelas relacionadas a aceitação do indivíduo a partir dos valores culturais e patrimoniais que formam sua identidade. Há também as questões ligadas ao acesso em se tratando de decisões políticas, ao mercado e aos processos de tomada de decisão. Por fim, propriamente a necessidade de segurança física. Desse modo, no que se refere às necessidades humanas em geral, Edward E. Azar (1990) expõe que:

Os indivíduos se esforçam para atender às suas necessidades humanas de desenvolvimento por meio da formação de grupos de identidade. Uma comunidade é um grupo de identidade. A necessidade ontológica mais óbvia é a sobrevivência física individual, comunitária e o bem-estar. (AZAR, 1990, p.7)

A partir da citação anterior é possível perceber um dos fatores de maior relevância neste estudo, e desse modo avaliar em que consistem as necessidades humanas, e sua importância na formulação do conceito de Conflito Social Prolongado. Sabe-se que as necessidades humanas, como já apresentado nesta seção, ocupam espaço relevante na análise de Azar, o qual o autor considera que sua privação é fator principal da ocorrência de um Conflito Social Prolongado. Segundo o próprio autor, “a fonte do conflito prolongado é a negação dos elementos necessários ao desenvolvimento de todas as pessoas e sociedades, e cuja busca é uma necessidade premente”. (AZAR, 1985, 60). Partindo dessa afirmação, que o autor considera como base conceitual, entre as necessidades estão: A aceitação e a segurança. Nesse

sentido, no que se refere a aceitação, essa diz respeito a valores culturais, e até mesmo de patrimônio.

Isso quer dizer que ao validar os valores comuns a um grupo de indivíduos, e com isso, considerar seu patrimônio material e imaterial, tornaria viável uma convivência harmônica e atenderia a uma parcela relevante no campo das necessidades humanas. Ainda assim, mesmo com os elementos da aceitação e da inserção no processo de tomada de decisões, a necessidade de segurança se mostra como mais influente no conflito, e envolve as questões de nutrição, habitação e a integridade física de cada indivíduo.

Essa mesma propriedade também é analisada por outros autores no âmbito do estudo dos conflitos, cita-se como exemplo, o entendimento de Ho-Won Jeong. Em momentos distintos de sua produção teórica, Jeong alerta para o fato da frustração dos grupos na busca por atender as necessidades básicas e ainda a mobilização resultante desse processo. Primeiramente, quanto a frustração individual, Jeong (2000) menciona que:

Um senso de direito individual ou coletivo tende a aumentar mais rápido do que pode ser cumprido. Em geral, a capacidade esperada de satisfazer as necessidades materiais e sociais básicas aumenta desproporcionalmente em relação ao que a sociedade é capaz de oferecer e entregar. A alocação desproporcional de benefícios combinada com baixo desempenho econômico gera ainda mais raiva e frustração emocional. (JEONG, 2000, p.59).

E por consequência, o autor afirma que nesse cenário a mobilização ocorre visando esse objetivo comum entre os indivíduos afetados. Ainda de acordo com Ho-Won Jeong: “A busca das necessidades individuais é o motivo da formação de grupos identitários em busca de dignidade e segurança”. (JEONG, 2008, p.29), De igual modo, o autor William Zartman (2005), ao tratar acerca das necessidades nos casos de conflitos, demonstra a amplitude desse elemento constituinte dos Conflitos Sociais Prolongados. Segundo esse autor, “As queixas vêm de necessidades não atendidas, privação injustificada, mágoas sentidas e ressentimento contra a retenção de merecimentos justos e, portanto, estão relacionadas a outras dimensões, como distribuição e justiça”. (ZARTMAN, 2005, p.17).

Além dos autores mencionados anteriormente, cita-se ainda as contribuições de John Burton (1990). Nas palavras de Burton: “Se indivíduos e grupos tentam controlar seu ambiente, deve haver uma razão”, e na sequência, o autor afirma que essa razão é “obter a satisfação das necessidades, incluindo a necessidade da sobrevivência”, sendo essas: “universais e geneticamente inerentes ao indivíduo, elas são ontológicas” (BURTON, 1990, p.96). Dos trechos mencionados anteriormente, tanto da obra de Edward Azar como Zartman, Jeong e Burton, pode-se extrair que a formação de grupos armados, no âmbito de um conflito interno, é uma decorrência lógica da privação das necessidades humanas.

Interessante mencionar que esse fator é dotado de grande complexidade considerando que são relacionados diretamente às necessidades humanas os fatores econômicos, sanitários, psicológicos, e que refletem inclusive, nos resultados, ou desfechos aparentes, dos Conflitos Sociais Prolongados. Nesse sentido, Azar afirma claramente que “os Conflitos Sociais Prolongados são profundamente afetados por mudanças nas estruturas econômicas e políticas da sociedade” (AZAR, 1981, p.329). Essas estruturas apontam para um outro elemento já mencionado nesta pesquisa, que para além do entendimento de Azar, nas contribuições da autora Anne Marie Gardner, trata-se da desigualdade social no contexto dos conflitos, que propicia de igual modo, sua continuidade.

Nesse sentido, cita-se o entendimento de Azar e Farah (1981) acerca do surgimento dos conflitos e sua ligação com o aspecto econômico, com destaque para as causas ligadas à desigualdade. Para esses autores, entre outros pontos, os conflitos surgem quando o desempenho real do sistema não coincide com as expectativas geradas pelo crescimento, e de igual modo quando após um período de expansão, ocorre um declínio subsequente nas condições econômicas, ou seja, uma crise econômica. (AZAR e FARAH, 1981, p.332).

Outra questão relevante no entendimento de Azar, que como já mencionado, não provoca diretamente a crise securitária, mas está envolvida nesse contexto, e ainda na lógica de formação dos grupos, se dá pela

formação identitária, mas acima de tudo por perspectivas de vida semelhantes. Segundo Azar (1983):

A formação da identidade de grupo e os conflitos sociais prolongados estão inextricavelmente ligados. Etnia é uma consciência aguda de que existe um vínculo entre pessoas de cultura, idioma, religião, crenças, costumes, hábitos e - o mais importante - perspectivas de vida semelhantes. As percepções compartilhadas abrangem todos os valores e questões essenciais da vida. (AZAR, 1983, p. 21).

Segundo a menção individual de cada uma das pré-condições, cumpre apresentar no que consiste a questão da governança e do papel do Estado no âmbito dos Conflitos Sociais Prolongados. A razão pela qual as necessidades humanas são seguidas do papel do Estado se dá pelo fato de que os meios que regulam as interações entre os indivíduos e que possam garantir a satisfação das necessidades dependem diretamente da gerência do Estado. No entanto, é comum que o exercício do controle pela autoridade estatal falhe, e nesse sentido, Azar (1990) afirma que “A maioria dos Estados que vivenciaram conflitos sociais prolongados tendem a ser caracterizados por governos incompetentes, limitados, frágeis e autoritários que não atendem às necessidades humanas básicas”. (AZAR, 1990, p.10).

Dentre as características mencionadas, no que se refere a fragilidade e ao autoritarismo entende-se que as mesmas são complementares na lógica dos Conflitos Sociais Prolongados, e constitui inclusive, um ponto essencial para compreensão do que diz respeito à formação dos grupos que almejam o controle dos assuntos estatais. Conforme se observa nas palavras de Edward Azar (1990), o Estado passa a ser um monopólio, atribuído a um grupo de identidade dominante ou uma coalizão de grupos hegemônicos. Esses tendem a usar o Estado como um instrumento para maximizar seus interesses em detrimento de outros. (AZAR, 1990, p.10).

Em regra, no que diz respeito ao papel do Estado em geral, o mesmo é considerado frágil por não dotar de meios suficientes para solucionar os desafios sociais, e encontra no autoritarismo (comumente através do uso excessivo da força) uma resposta a sua ineficiência, dado que em um cenário de incertezas, os indivíduos reivindicam suas demandas em constante

enfrentamento com o próprio Estado. Desse modo, ao não ser capaz de atender as condições básicas que afetam a sua população, o cenário do conflito é desenvolvido a partir dos próprios meios que os indivíduos e seus grupos adotam para alcançar essa finalidade, sendo contra o Estado ou entre os grupos que se originam no contexto de uma revolta, essa lógica se torna mais explícita no que se refere às dinâmicas dos Conflitos Sociais Prolongados.

Por fim, quanto às Conexões Internacionais, mostra-se como uma pré-condição indispensável neste estudo, e que independe da própria natureza do conflito. Essa se apresenta em duas possibilidades: a ligação econômica e a militar. As conexões estão inseridas por duas lógicas distintas no contexto das Relações entre Estados e grupos em situação de conflito, são elas: a cooperação e o intervencionismo. Nas palavras de Azar e Haddad, “os conflitos prolongados não são desafios somente para as instituições nacionais, mas também as regionais e internacionais. Eles oferecem solo fértil para a intervenção externa aliados e outras partes interessadas, e precipitam crises e guerras em grande escala”. (AZAR e HADDAD, 1986, p.1341).

Desse modo, mesmo quando essas conexões são estabelecidas visando a reestruturação do Estado que vivencia um Conflito Social Prolongado, há impacto negativo quanto a aceitação das propostas cooperacionais, entendidas até mesmo pelo próprio viés intervencionista.

Nesse aspecto, de que a conexão se manifesta em intervenção, Azar e Moon afirmam que na tentativa de solucionar a crise no âmbito interno, “a busca de ajuda e assistência externa leva à solicitação de todas as formas de intervenção externa, que muitas vezes, incluem aquelas que prejudicam em vez de ajudar a situação de conflito” (AZAR e MOON, 1986, p. 399). Esse aspecto também está conectado às dinâmicas dos Conflitos Sociais Prolongados, especialmente pela fragilidade e fixação do pensamento comunitário a tensão existente.

Assim sendo, apresentadas as pré-condições, pode-se considerar que no que diz respeito à imprecisão dos pontos de partida de um Conflito Social Prolongado, essa seria sanada considerando a base da teoria, no que se refere

às necessidades humanas. No entanto, ainda que esses conflitos estejam diretamente ligados ao indivíduo e sua sobrevivência, o argumento de sua origem com base nessa pré-condição também estaria prejudicado, uma vez que não seria possível compreender, ou até mesmo mensurar, todas as necessidades humanas que causam um Conflito Social Prolongado. Nessa forma de conflito há que se observar ainda que essa característica própria se mostra especialmente pelos seus desdobramentos, e novamente, pela imprecisão. Pode-se observar por exemplo, que à medida que o conflito tem sua continuidade, suas causas originais passam a ocupar um segundo plano e podem ser, inclusive, desconhecidas para os novos grupos que se originam e aumentam seus níveis de influência no decorrer do conflito.

O pensamento de Azar complementa essa afirmação e reafirma a questão individual e comunitária como fatores fundamentais para compreensão das causas e desenvolvimento dos Conflitos Sociais Prolongados, segundo o autor, “não é a "questão" abstrata que orienta os conflitos em seu desenvolvimento, mas sim a identificação dos participantes com os grupos sociais em conflito” (AZAR et. Al 1978, p.51). Ainda nas palavras de Azar acerca da falta de uma perspectiva de encerramento para um Conflito Social Prolongado, o autor afirma que “esses conflitos não são encerrados por decisões explícitas, embora a cessação da violência aberta possa diminuir as tensões. Eles tendem a permanecer no tempo e gradualmente são atenuados, transformados ou tendem a decair” (AZAR, 1983, p.89).

De fato, com o desenvolvimento do conflito e aumento de grupos atuantes no território as causas passam a uma complexidade muito superior às da fase inicial. Nesse sentido, ao considerarmos as necessidades humanas, por exemplo, a busca incessante pela solução dos assuntos primários para determinados indivíduos estará além das causas que envolvem outros grupos em um mesmo território, tornando a razão dos grupos existentes e a formação de novos grupos de sobrevivência incompreensíveis, além de configurarem vetores da continuidade das hostilidades no contexto de um Conflito Social Prolongado.

Por fim, todas as pré-condições mencionadas anteriormente são resumidas pelo autor na forma de uma sequência de ações que estão diretamente conectadas umas às outras, formando desse modo uma cadeia de eventos que sustenta o conflito nos termos já mencionados neste capítulo. Segundo Azar, o conceito de Conflito Social Prolongado é resumido da seguinte forma:

Conflitos Sociais Prolongados ocorrem quando as comunidades são privadas de satisfação com suas necessidades básicas com base em sua identidade comunitária. No entanto, a privação é o resultado de uma complexa cadeia causal que envolve o papel do Estado e o padrão de vínculos internacionais. Além disso, a natureza inicial da sociedade desempenha um papel importante na formação de conflitos sociais prolongados. (AZAR, 1990, p. 12).

Em conformidade ao apresentado anteriormente, é reforçada a ideia de identidade comunitária, da busca pela preservação e também em atender as necessidades do grupo. De igual modo, essas mesmas necessidades envolvem o papel do Estado, dado que o mesmo conta com a estrutura adequada para prover, dentro dos seus limites, as condições necessárias para o bem desenvolvimento de cada indivíduo.

De fato, ao estabelecer a noção de variáveis constata-se que a base para os conflitos sociais prolongados são na maioria dos casos as necessidades humanas, com o fator direto da luta pela sobrevivência. Com isso, o indivíduo passa a buscar uma associação almejando um ambiente estável e que lhe proporcione segurança em suas relações sociais.

Desse modo, com a conexão entre esses indivíduos surgem os grupos, e nos grupos se insere a questão comunitária, que mesmo tendo caráter relevante nos temas da etnicidade e religiosidade, não necessariamente implica como aspecto essencial da pré-condição comunal. A partir da comunidade, surgem então os interesses regionais e nacionais, dos quais depreende-se um interesse direto por esferas mais influentes nas decisões estatais de acordo com o nível de influência que o grupo tenha alcançado.

Desse modo, o que era limitado a questão comunitária passa a ser um tema nacional, e então tem-se a governança e o Estado como instrumento,

tanto de repressão dos grupos pretensos ao poder, quanto como um instrumento de controle desses mesmos grupos, a depender de elementos complementares marcados pela subjetividade de critérios (especialmente nos objetivos e na natureza das relações mantidas entre os grupos). Por fim, essas conexões são encerradas no âmbito macro das análises de conflitos, sendo esse as conexões externas com os Estados vizinhos e de modo geral, com toda a Sociedade Internacional.

Retomando a ordem de importância das pré-condições mencionadas por Edward Azar, poderíamos considerar as necessidades humanas como a base estrutural para indicar o ponto fundamental atribuído aos Conflitos Sociais Prolongados, e esse entendimento seria não só fundamentado por Edward Azar, mas como já visto, por outros autores no estudo dos conflitos.

Ainda assim, mesmo que o entendimento de porção majoritária da literatura atribua a uma única característica um grau mais elevado de relevância se comparado às suas complementares, este estudo adota uma lógica de equalização das pré-condições, visto que em um sistema de hierarquização, a amplitude do próprio conceito estaria prejudicada, uma vez que mesmo na semelhança dos casos a que se aplique o conceito de Conflito Social Prolongado, cada um possui sua particularidade, e na conclusão de Azar em específico, uma das pré-condições pode se mostrar mais impactante do que outra.

É por esse motivo, que ao final da exposição das pré-condições do conceito de Conflito Social Prolongado adota-se o seguinte quadro, que propõe o mesmo nível de importância, nas suas origens, dinâmicas e também no que envolve os seus resultados, a saber:

Quadro I – Conceito de Conflito Social Prolongado de Edward Azar, pré-condições, dinâmicas e resultados (CSP).

- **Origem**
 - questão comunitária
 - necessidades humanas
 - governança e o papel do Estado
 - conexões Internacionais
- **Dinâmicas**
 - estratégias e ações comunitárias
 - estratégias e ações do Estado
 - propriedades do conflito
- **Resultados**
 - deterioração da segurança física
 - deformidade institucional
 - engessamento psicológico
 - aumento da dependência e clientelismo

Fonte: O autor.

Deste modo, a partir da estrutura acima, conclui-se a apresentação das origens dos conflitos prolongados, atribuindo a todos os elementos do conceito uma noção de cadeia de eventos que será comentada na sequência com as dinâmicas e resultados de que tratam a segunda seção.

1.2. DOS PROCESSOS DE ATIVAÇÃO NOS CONFLITOS DE NATUREZA PROLONGADA E AS DIMENSÕES DOS SEUS RESULTADOS.

Apresentadas as pré-condições e suas características, e seguindo a análise do conceito desenvolvido por Azar, é importante tratar ainda acerca das dinâmicas desses conflitos. Segundo o autor, essas também são divididas em três grupos de variáveis, sendo elas “as estratégias comunais, ações e estratégias de Estado e as propriedades embutidas do conflito” (AZAR, 1990, p.12). Essas variáveis são necessárias a fim de compreender o que de fato provoca o conflito, ou ainda nos termos do autor, em sua ativação. Dentre elas,

observa-se que o maior impacto nos casos de conflitos são as estratégias comunitárias e também as estratégias de Estado. Em se tratando da questão comunal envolvendo a dinâmica dos Conflitos Sociais Prolongados, tem-se a ideia de ações repressivas e da conseqüente mobilização de indivíduos, e posteriormente, de grupos, os quais atuam então em resposta contra os atos iniciais de repressão. Nas palavras de Azar (1990):

O reconhecimento coletivo de queixas individuais (ou objetivos incompatíveis) naturalmente leva ao protesto coletivo. O protesto coletivo geralmente é enfrentado por algum grau de repressão ou supressão. Conforme as tensões aumentam, os grupos comunitários vitimados começam a chamar a atenção de seus constituintes não apenas para o evento em si, mas também para uma ampla gama de questões envolvendo segurança comunitária, acesso e necessidades de aceitação. (AZAR, 1990, p.12).

A noção de uma cadeia de eventos é conectada diretamente às propriedades já mencionadas neste estudo, especialmente na amplitude das necessidades humanas. Naturalmente, mesmo os grupos que adotam como propósito a proteção de seus membros e comunidades rompem de igual modo com a Segurança nacional, regional e local. Uma vez que esse aspecto comunal, ao formar a mobilização de grupos que passam a ampliar sua influência e obter notoriedade, cria-se de igual modo, uma esfera de negociações (semelhante a anterior que causou a ruptura e a desconfiança) e a repressão, então associada apenas a grupos rivais, ou até mesmo, ao próprio Estado, passa a ser identificada e direcionada contra os seus próprios membros.

Dentre essas possibilidades, Edward Azar considera que havendo o desenvolvimento desses grupos as conseqüências podem envolver os seguintes desafios para os Estados: Desobediência Civil, guerrilha e movimentos separatistas (AZAR, 1990, p.14). Importante mencionar que dos desafios listados pelo autor, no que se refere a desobediência civil e as atividades de guerrilha, ambas são constatadas na totalidade dos casos analisados pelo autor desde as fases iniciais de aplicação do conceito de Conflito Social Prolongado. Por outro lado, o caso de movimentos separatistas restringe-se a casos isolados, onde é possível perceber um padrão

regionalizado, que se manifesta sobretudo no norte global e poucos casos no hemisfério sul.

Quanto à ativação do Conflito Social Prolongado, Azar também afirma que, "uma vez que o equilíbrio de poder é geralmente a favor do Estado, os grupos tendem a buscar assistência militar e econômica externa." (AZAR, 1990, p.14). Essas ações e vínculos externos tendem a estar relacionadas às zonas de interesse e influência de Estados vizinhos. Ainda quanto a essa vinculação, e de acordo com Azar, "quando tais estratégias de contenção não funcionam, o Estado (ou ator comunal dominante que monopoliza a autoridade do Estado) busca sua própria ajuda externa" (AZAR, 1990, p. 14). Em regra, o apoio se manifesta na ilegalidade, como já mencionado anteriormente, com a característica intervencionista. Nesse sentido, na movimentação dos grupos ocorre a resposta do Estado, e na sequência das dinâmicas apontadas por Azar, encontra-se a questão das ações e estratégias dos Estados.

Observa-se que nesse aspecto a postura ativa do Estado se mostra comprometida por uma lógica de controle, considerando que ao atender as necessidades humanas, que são diretamente ligadas aos Conflitos Sociais Prolongados, pressupõe-se a fragilidade estatal, a qual dá espaço para a lógica de repressão (que visa essencialmente manter o grupo que alcançou o poder nessa mesma posição).

É possível notar nesse aspecto as conexões com as pré-condições já mencionadas ao longo deste primeiro capítulo dado que com a ação coercitiva do Estado leva a uma ampliação dos conflitos em curso, obviamente pela mesma lógica das ações e estratégias comunitárias em garantir sua sobrevivência, com intuito imediato de atender as necessidades humanas dos seus membros. Esse fator é fundamental na análise teórica de Edward Azar, onde a questão social/comunal é central e diretamente conectada a todas as pré-condições, variáveis e dinâmicas dos Conflitos Sociais Prolongados.

Por fim, entre as dinâmicas apresentadas pelo autor, as propriedades do conflito responsáveis por sua ativação, e a permanência merecem destaque, sobretudo pelo fato de que a partir dessa característica é que se desenvolve todo o cenário conflitante entre os grupos comunais organizados e a autoridade

estatal. O fator essencial é naturalmente a confiança, rompida pela já apresentada estratégia repressiva, tornando a resposta a uma hostilidade outra hostilidade. De fato, ao imaginarmos a tensão existente em comunidades onde a sobrevivência está diretamente comprometida pela insegurança e incerteza leva por consequência lógica a inviabilidade de relações amistosas e de possíveis negociações que se manifestam em níveis de menor potencial a partir de questões individuais e comunitárias, até os assuntos de interesse nacional. Toda essa lógica nos leva a conexão precisa dos elementos apontados por Edward Azar ao longo de sua teoria, com algumas ressalvas no que se refere a elementos comuns a conflitos intra estatais e interestatais, que naturalmente não são aplicáveis como um modelo único.

É compreensível que o autor tenha considerado esse elemento como relevante para o seu desenvolvimento teórico, dado que seu entendimento, desenvolvido na ocorrência da guerra civil no Líbano, tenha sido construído com essa base empírica. Em outras palavras, especialmente os casos do Líbano e do conflito árabe-israelense, serviram de principais objetos de análise para o autor, que extraiu dessas sociedades marcadas pelo sectarismo religioso, violência inter-étnica, legado colonial e também da participação das grandes potências as bases para o desenvolvimento do conceito de Conflito Social Prolongado.

Desse modo, após os comentários acerca das pré-condições existentes nos Conflitos Sociais Prolongados, e das dinâmicas que permitem sua ativação, cumpre realizar comentários acerca dos seus resultados, inclusive retomando e reforçando a noção de imprecisão e ausência de um desfecho para os casos considerados como Conflitos Sociais Prolongados.

A base das necessidades humanas como já demonstrado, sustenta toda a lógica de um conflito nas definições de Edward Azar, e quanto aos seus resultados os mesmos são imprecisos e pouco garantidos uma vez que somente na satisfação das necessidades individuais é que se alcança a estabilidade. O autor menciona nesse sentido que em uma escala comparativa com outros conceitos no Estudo dos conflitos é que em se tratando de um CSP não há vencedores (AZAR, 1990, p.15). Tanto os indivíduos, quanto os grupos

comunitários e propriamente o Estado permanecem reféns de um sistema que se auto sustenta na medida em que as causas iniciais não são mais reconhecidas no decorrer do processo. Nota-se, portanto, que esse entendimento nos apresenta um ciclo vicioso aparentemente interminável, salvo na solução de sua condição considerada como basilar.

Outro fator ligado a essa permanência se dá por questões ainda mais subjetivas, que envolvem em cada indivíduo, trata-se dos efeitos psicológicos de uma cultura de violência, que se mantém por vezes em gerações. Nas palavras de Azar (1990) “à medida que o conflito social prolongado se torna parte da cultura da nação devastada, ele cria uma sensação de paralisia que aflige a consciência coletiva da população” (AZAR, 1990, p.16). Nesse sentido, os efeitos gerados são permanentes, pois afetam diretamente a memória da população. Também nesse cenário, conforme afirma Azar e Haddad, “em situações de conflito social prolongado, indivíduos e comunidades ficam tão frustrados e deprimidos que, por vezes, param de tentar alterar a situação” (AZAR e HADDAD, 1986, p. 1342). Pode-se atribuir a cultura da violência a noção do revanchismo, sobretudo pela busca incessante que se manifesta em grupos afetados por causar os mesmos danos aos seus opositores.

Naturalmente, assim como o desenvolvimento se mostra com conexões entre as variáveis, os resultados demonstram que em um ambiente de incertezas da população inserida no contexto de um Conflito Social Prolongado, a dependência gerada na busca por uma cooperação com atores terceiros inflige ainda um sistema de impossibilidade da gestão dos próprios recursos, adicionado cada vez mais novos elementos negativos a uma realidade de total instabilidade e falta de perspectivas positivas.

Desse modo, o autor prossegue com um detalhamento de cada um desses assim denominados resultados dos conflitos sociais prolongados, considerando sua limitação conceitual na análise de pontos de partida e chegada. Entre esses resultados, destaca-se primeiramente a segurança física e estrutura das instituições nacionais que são prejudicadas em decorrência da manutenção do conflito. Importante mencionar que esse fato ocorre não

apenas para as comunidades mais fragilizadas, como também ocorre para as Elites dominantes, ressalvadas suas proporções.

Nesse sentido, a lógica apresentada por Edward Azar diz respeito ao aumento de gastos com recursos militares que tem por consequência o subdesenvolvimento geral em outros setores. De acordo com o autor, esse pensamento se resume ao seguinte processo: "os esforços para buscar um planejamento de desenvolvimento sistemático são interrompidos e descartados à medida que gastos militares excessivos absorvem recursos escassos". (AZAR, 1990, p.16).

Além disso, há também como resultado de um Conflito Social Prolongado o que se denomina por deformidade institucional, e aqui se faz necessária uma análise detalhada. Segundo Edward Azar, "o processo de conflitos sociais prolongados deforma e retarda as instituições políticas" (AZAR E MOON, 1986, p. 399), nesse sentido, o autor reafirma que é inegável a importância de instituições políticas nacionais estáveis e estruturadas para proporcionar segurança, em todos os seus níveis, ao Estado. No entanto, no cenário de incertezas comum aos CSP, observa-se que as instituições passam por um processo de total fragilização, que exclui qualquer poder decisório, e eventuais contribuições dessas instituições para manter a ordem nacional.

Isso se observa nas Forças Armadas, que por vezes, como já mencionado neste estudo, são origem de grupos de interesses que prevalecem pelo uso da força, pela corrupção ativa nas negociações de grupos com controle do aparato estatal e que se tornam altamente dependentes de contribuições externas para sua manutenção e total recuperação de funções e legitimidade, que inclusive é desconsiderada pelos próprios nacionais na busca pela própria sobrevivência.

Há ainda, um dos fatores que é dotado de subjetividade mas que tem sua compreensão facilitada dadas as circunstâncias de um conflito, trata-se da questão psicológica e da confiança nas relações pessoais, que se manifesta em níveis cada vez mais amplos. É o que Edward Azar denomina de "cultura da guerra" onde a consequência é que "a comunicação significativa entre as

partes em conflito se esgota e a capacidade de satisfazer as necessidades de aceitação comum é severamente diminuída”. (AZAR, 1990, p.17).

Essa desconfiança que a princípio se mostra como regra geral, quando em comparação ao último resultado de um Conflito Social Prolongado, apresenta um aspecto relevante, que difere os casos de níveis nacionais e internacionais. A última análise de Azar menciona que a dependência de atores externos se dá pela busca desses grupos nacionais em solucionar prioritariamente suas necessidades básicas.

De acordo com Azar, “os atores comunitários cada vez mais contam com o apoio e a ajuda de outros e, portanto, com a dependência externa atraída para o conflito” (AZAR, 1990, p.17). Observa-se então, que a instabilidade nacional é tão expressiva que o que o autor denomina de clientelismo para outros Estados ou Organizações Internacionais se mostra como solução para todo o conflito na perspectiva dos indivíduos que nele estão inseridos.

Os níveis dessas conexões se mostram tão intensificados que o fator externo, representado por um grupo ou um Estado, cria efetivamente um controle nos grupos que se beneficiam dessas relações, ainda segundo Azar: “O poder de decisão é cada vez mais exercido por atores externos, de modo que as comunidades sofrem mais perda de acesso e controle sobre suas vidas” (AZAR, 1990, p.17). No entanto, ainda que estabelecida uma relação, e que nela ocorra a influência direta nos atores em um ambiente de Conflito Social Prolongado, essa não é dotada de uma confiança plena, e tão pouco se mantém imune à alteração total da relação "interventor-indivíduo".

Deste modo, no encerramento desta seção, e quanto ao processo que leva as dinâmicas, e posteriormente aos resultados dos Conflitos Sociais Prolongados, tem-se o estabelecido por Azar que entre os atores estatais e comunais existem ações e perspectivas distintas, ainda que ambos contribuam para a perpetuação de um cenário conflituoso, de modo que nos atores estatais nota-se que as ações coercitivas são muito mais presentes do que as assistencialistas, e a acomodação a qual o autor se refere se apresenta na permanência do conflito sem medidas nacionais para sua solução, como por

exemplo, programas de reformas institucionais. Deve-se mencionar que por vezes até mesmo os Estados contribuem para a manutenção da crise.

Por outro lado, os atores comunitários estão conectados às seguintes condições gerais: protestos demonstrando sua insatisfação, violência generalizada, movimentos independentistas e suas conexões externas, a qual também se apresenta na questão estatal de maneira formal através dos Ministérios de Relações Exteriores. Com isso o resultado é o natural prolongamento do conflito que altera em níveis de intensidade e na frequência de ações violentas, além de alcançar outros novos atores e com isso gerar novos desafios.

Desse modo, os resultados como já dito, não alcançam vencedores e as consequências são inevitavelmente o desgaste social, sua fragmentação e a piora no setor de segurança. Essa lógica que decorre da leitura do Conflito Social Prolongado, é inclusive, defendida por Edward Azar desde o início do desenvolvimento de sua pesquisa, onde o autor afirmava que: “Na situação de conflito prolongado, o conflito se torna uma arena para redefinir questões, em vez de um meio para julgá-las [...] O processo de conflito se torna a fonte, e não o resultado da política”. (AZAR, 1978, p. 51).

Há portanto, a lógica de que o conflito na condição de fonte das questões políticas, o que inclusive, está em conformidade com outras pesquisas no estudo dos conflitos, surge como uma oportunidade para que inúmeros grupos, tanto nas elites quanto nas população em geral, e no caso do Estado através de autoridades governamentais, encontrem na permanência da instabilidade e da violência uma perspectiva de aumento da sua influência, riqueza, expansão das atividades ou qualquer outro benefício decorrente da fragilidade imposta pelas condições hostis em que se encontram.

Por fim, encerrando o presente capítulo, cumpre mencionar que Edward Azar não só foi capaz de contextualizar todo o desenvolvimento dos conflitos sociais prolongados, como também apontou as medidas básicas para alcançar o encerramento das hostilidades entre grupos e Estados. Para tanto, Azar e Haddad consideraram que para propor uma solução aos conflitos prolongados era necessário observar um conjunto de bases principais, sendo elas

respectivamente: Segurança (física e econômica), Aceitação do pluralismo comunitário e Instituições legítimas e interações desejadas. (AZAR e HADDAD, 1986, p. 1350).

Inegavelmente, as bases mencionadas anteriormente quando comparadas as pré-condições que proporcionam a origem de um Conflito Social Prolongado podem ser apresentadas da seguinte maneira: No que se refere a segurança, tanto física quanto econômica há que se falar das necessidades humanas, que como já observado anteriormente consiste em um fator altamente relevante, e até mesmo prioritário para o entendimento de Edward Azar acerca dos conflitos de natureza prolongada. No que se refere a aceitação do pluralismo comunitário está logicamente conectada as noções comunais que incluem questões étnicas, religiosas e de passados comuns compartilhados pelos grupos que pertencem a determinado território.

Para além desses dois fatores, demonstra-se ainda que a noção de criar instituições legítimas que possam prevenir eventuais atritos entre diferentes grupos e seus respectivos interesses, está associada ao Estado dado que o mesmo é um instrumento de controle, e podendo ser até mesmo, aproximada da pré condição que envolve as conexões internacionais uma vez que essa é estabelecida por meio de instituições nacionais.

1.3 CONCLUSÃO PARCIAL

O presente capítulo apresentou a contribuição teórica que serve de fundamento para a elaboração deste estudo, demonstrando o conceito de Conflito Social Prolongado (CSP) desenvolvido pelo autor Edward Azar, e suas características, as quais foram analisadas e comentadas individualmente. Essas pré-condições listadas pelo autor podem ser resumidas basicamente em um modelo de causa e consequência que leva diretamente aos processos de ativação, inicialmente as questões coloniais e a formação histórica do conjunto social são conectados à complexidade do fator comunal. Posteriormente, o acesso a recursos que atendam as necessidades humanas possui uma conexão mútua com a aceitação das necessidades, a partir do reconhecimento

de cultura compartilhada e também da identidade, bem como nas questões de segurança como conceito amplo ligado à segurança física, psicológica, à nutrição e à moradia.

Na sequência, a noção do Estado como ator que possui a legitimidade e a capacidade de representação das demandas observadas no contexto comunal de um conflito prolongado está conectada ao padrão de conexões com a economia internacional, havendo a possibilidade de dependência ou autonomia, além dos padrões nas relações militares que também são configuradas nas duas vertentes, em definições como o clientelismo ou autonomia. E por fim, a atribuição do autor quanto a causa fundamental para um Conflito Social Prolongado que se manifesta na negação direta das necessidades humanas.

Já na segunda seção, e seguindo a ordem estabelecida pelo autor no desenvolvimento de sua pesquisa, foram analisadas as dinâmicas envolvendo diretamente a ativação de um Conflito Social Prolongado, apresentando elementos como estratégias repressivas e reforçando a noção de conexões externas através das estratégias comunitárias e também estatais.

Seguindo os termos do autor, a lógica atribuída às dinâmicas dos Conflitos Sociais Prolongados, e de igual modo aos seus resultados, se dá da seguinte maneira: os confrontos acerca das necessidades humanas que dão origem aos conflitos de natureza prolongada movimentam como consequência os atores estatais que, como já dito, adotam, em regra, estratégias repressivas, mas não necessariamente se limitam unicamente a essas medidas, como se observa nos casos de acomodação do Estado, assistência externa e na contenção nos casos de conflito.

Por outro lado, no que se refere aos atores comunais, é possível observar a mobilização e ações nos protestos, na violência coletiva, nos movimentos secessionistas e também na assistência externa. É nesse caso, em que as questões comunitárias e estatais constituem os padrões de interação nos conflitos. A partir disso, nota-se as características centrais do conceito, ou seja, o caráter prolongado, a alteração na intensidade e na frequência e ainda o alcance ampliado das questões do conflito e dos atores envolvidos.

De igual modo, foram comentados ainda os resultados comuns aos conflitos dessa natureza, mantendo a instabilidade como a normalidade nesses Estados, demonstrando que a desestruturação nacional é percebida na fragilidade institucional, no aumento da dependência de atores externos e nas condições de desconfiança entre indivíduos. Cumpre mencionar que dos autores mencionados ao longo do primeiro capítulo é possível confirmar a semelhança no entendimento acerca da origem dos conflitos, e de como cada um dos autores citados dialoga com outras produções em conceitos e análises, sobretudo pelo fato de que apresentam, em regra, múltiplas possibilidades de causas para um cenário conflituoso.

Também foi possível constatar que as contribuições teóricas aqui mencionadas consideram as necessidades humanas como um fator de grande relevância para a compreensão e proposição de medidas para solucionar crises securitárias existentes em todo o cenário internacional. Faz-se mister salientar ainda que essas mesmas necessidades não devem, conforme já mencionado durante o desenvolvimento deste capítulo, configurar como base para todos os casos de conflitos prolongados, considerando que os elementos de cada caso podem direcionar a outra pré-condição como aspecto fundamental para sua compreensão, e todas as de mais como complementares.

Além disso, é importante mencionar que há na literatura atual uma clara distinção das proposições clássicas acerca do estudo dos conflitos. Nos termos clássicos, entender a guerra implicava necessariamente em apontar distinções entre os casos entre Estados e aqueles que envolviam as questões internas, como por exemplo nas guerras civis. Por outro lado, a concepção atual demonstra que essa distinção consiste em nada mais do que um processo que traduz a conexão desses eventos, tornando uma compreensão ainda mais completa dos elementos que envolvem as origens de um conflito.

Por fim, reafirmando as questões ligadas aos resultados dos CSPs, foi possível observar que o Conflito Social Prolongado tem um mecanismo de auto sustentação, posto que o ambiente de incertezas leva a conclusões cada vez mais influenciadas por fatores altamente limitados à esfera individual, em

outras palavras, por estar afastado da noção do Estado como foco de análise do conflito. Desse modo, ainda que supostamente com a participação de uma missão ou apoio internacional que visa a cooperação para que o Estado anfitrião retome sua estrutura, as questões domésticas permanecem instáveis e impactam negativamente na definição de um encerramento para crises securitárias dessa natureza, estando essas concentradas de forma direta na pré-condição que serve de base para toda a teoria, as necessidades humanas.

Em outras palavras, pensar a paz sem mencionar toda a complexidade do conflito, e suas causas, demonstra apenas um avanço teórico dissociado da realidade. Nesse sentido, cumpre mencionar as palavras de Azar ao afirmar que “os Conflitos Sociais Prolongados não são eventos específicos ou mesmo agrupamentos de eventos em um ponto no tempo; eles são processos” (AZAR, 1978, p.50). O mesmo se observa em outros autores, Benjamin Jones e Shawna Metzger por exemplo, reafirmam essa tendência comum na literatura de considerar os conflitos como processos, segundo Jones e Metzger: “vários estudos começaram a conceituar o conflito não como pertencente a um estágio específico, mas sim como um processo mais amplo composto por muitos desses estágios”. (JONES e METZGER, 2016, p. 5).

Ao fim, e em resumo, as tensões permanecem, aumentam os números das vítimas nos conflitos, o acesso aos recursos básicos de sobrevivência se torna cada vez mais complexo e a dependência dos indivíduos os torna reféns de um sistema fundado na insegurança e no medo que se auto sustenta. Desse modo, ainda que o autor tenha buscado apresentar possíveis saídas, a consequência é que não há perspectiva de uma solução para a crise, senão por avanços limitados e com eles surgem ainda novas barreiras do processo denominado Conflito Social Prolongado.

2.CONFLITOS NO CÁUCASO.

O presente capítulo é dedicado à análise fática dos conflitos no Cáucaso abordando as suas origens, a partir da dissolução da União Soviética, e também o início dos movimentos independentistas que na década de 90 moldaram o cenário político já no espaço pós-soviético. Cumpre mencionar que o recorte temporal para a análise dos casos mencionados neste capítulo se dá, em alguns casos, a partir da década de 80.

No entanto, a exemplo da questão armênia no Nagorno-Karabakh, exige-se uma análise de décadas anteriores para compreensão das fases que compõem o movimento político de formação nacional daquele Estado. Para o bom desenvolvimento da análise, o capítulo está dividido em três seções principais, sendo a primeira seção uma apresentação das questões históricas que resultaram no processo de dissolução da União Soviética, com foco para aquelas que envolvem a mobilização dos grupos que auto proclamaram a independência de suas respectivas Repúblicas Socialistas Soviéticas, bem como das Repúblicas autônomas que as integravam.

No que se refere à segunda seção, a mesma é dedicada aos conflitos existentes no Cáucaso do Sul, que envolvem diretamente a formação dos atuais Estados da Armênia, Azerbaijão e Geórgia, e especificamente nos dois últimos casos, os desafios do separatismo em seus territórios. Para cada um dos Estados afetados é dedicada uma subseção, sendo realizada primeiramente uma exposição acerca dos conflitos nas regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia no território georgiano, e por fim, na subseção seguinte, a questão envolvendo o conflito do Nagorno-Karabakh entre a Armênia e o Azerbaijão, no oeste do território azerbaijano.

2.1.ORIGENS: O PROCESSO DE DISSOLUÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA E OS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS.

A União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) claramente teve entre as suas principais características a heterogeneidade, considerando a diversidade étnica-linguística² presente em um único Estado, e também a vasta extensão territorial, a qual tinha seus limites desde o extremo oriente até as fronteiras na Europa. De fato, a manutenção do Estado soviético venceu inúmeros desafios, desde sua formação com revoltas internas, a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, e por fim, a tensão existente em um mundo polarizado, protagonizado pela própria URSS e os Estados Unidos na busca de expandir suas respectivas zonas de influência e ampliar sua rede de Estados aliados. Ainda assim, mesmo após ter vencido tantos obstáculos para sua preservação, as questões internas como a busca por independência em algumas das repúblicas soviéticas, bem como as propostas de reformas estruturais e econômicas levaram a um inevitável processo de dissolução.

Dada a questão geral abordada nesta primeira seção, são incluídos os casos de independência de todas as repúblicas socialistas soviéticas sem necessariamente detalhar os processos que levaram a suas formações nacionais. A escolha para essa abordagem é justificada pelo fato de que demonstra a diversidade étnica e linguística na então União Soviética e também a diferença entre a natureza dessas mobilizações nacionais, uma vez que algumas regiões alcançaram o resultado de estruturação nacional no pós-dissolução através de processos pacíficos quando comparado a outras.

Os movimentos de independência e o sentimento nacionalista constituíram fatores de grande relevância para o fim da URSS, nesse sentido, conforme afirma Wisla Suraska (1998) “a agitação dos sentimentos nacionais acelerou a desintegração da União Soviética e permaneceu entre os problemas mais visíveis no território da ex-União”. (SURASKA, 1998, p.35). Quanto a

² A afirmação encontra fundamento na literatura especializada. Em se tratando do fator linguístico, por exemplo, de acordo com o autor Bernard Comrie: “a URSS é um Estado multinacional, contendo cerca de 130 grupos étnicos diferentes, falando cerca de 130 línguas diferentes” (COMRIE, 1981, p.1). (tradução nossa).

estrutura da União Soviética, essa pode ser dividida entre as seguintes regiões: Báltico, Leste Europeu, Cáucaso e Ásia Central. Por repúblicas bálticas no contexto soviético entende-se a Lituânia, Letônia e Estônia. Em se tratando das repúblicas localizadas no Leste Europeu, Moldávia, Ucrânia e Belarus. Na Ásia Central, o domínio soviético esteve presente nas atuais repúblicas do Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão. E por fim, o objeto central deste estudo, o Cáucaso com as repúblicas da Armênia, Azerbaijão e Geórgia.

Nesses três Estados do Cáucaso do Sul a formação nacional e o sentimento nacionalista, possuem marcos temporais semelhantes com relação a um período relativamente curto de independência em 1918 e a reinserção no domínio soviético em 1920.

Entre os três casos, a mobilização armênia tem como base a memória coletiva relacionada diretamente com efeitos de outros eventos importantes para o cenário global, nesse caso em específico, trata-se da Primeira Guerra Mundial e da marca do Genocídio armênio no contexto nacional. Segundo Graham Smith (1991), os fatos de 1915 fundamentaram desde então todas as mobilizações políticas armênias nos anos posteriores, nas palavras do autor: “as aspirações nacionalistas foram direcionadas para vingar 1915 e alcançar retrospectivamente um acordo territorial mais alinhado com as reivindicações armênias e as promessas dos Aliados”. (SMITH, 1991, p.150). Os aliados mencionados por Smith são os Estados vitoriosos no contexto da Primeira Guerra mundial, e as reivindicações armênias nesse período eram relacionadas ao objetivo de estabelecer um Estado armênio em suas regiões auto proclamadas como de possessão histórica³.

Para além desse aspecto, já no contexto soviético, é importante mencionar que no caso armênio as reformas estruturais aplicadas pelo regime soviético, respectivamente glasnost e perestroika, levaram a sua questão nacional exclusivamente para a questão territorial do Nagorno-Karabakh. Ainda segundo Graham Smith (1991):

³ Esses territórios correspondem atualmente a regiões que integram a Turquia, Azerbaijão, Geórgia e Irã, na concepção de estabelecer uma “Grande Armênia”.

[...]Na Armênia as questões sobre a política de nacionalidades levantadas pela glasnost e pela perestroika se concentraram em torno de uma única questão, e a crise de Karabakh foi universalmente vista como um possível precedente para desenvolvimentos e respostas em outros lugares. (SMITH, 1991, p.158). (tradução nossa).

O caso georgiano por sua vez, em termos gerais, segue sua formação nacional, e a influência nos conflitos analisados neste estudo, do mesmo modo como ocorreu na Armênia, ou ao menos, com características muito semelhantes. Da semelhança entre os casos, são destaques os elementos que identificam a manifestação nacionalista georgiana. Nesse sentido, Smith (1991) ao tratar do nacionalismo georgiano, bem afirma que:

Na época da invasão russa, a Geórgia já era uma entidade nacional, política, territorial e econômica bem integrada. Depois de três anos de independência, além disso, a consciência nacional era alta e a atividade cultural bem desenvolvida. Inicialmente, pelo menos, a invasão fortaleceu o sentimento nacional, embora posteriormente uma combinação de eliminação física de oponentes e uma política cultural conciliadora tenha conquistado a aquiescência do povo georgiano sem jamais minar seu apego subjacente à nação. (SMITH, 1991, p.186). (tradução nossa).

Por outro lado, não se trata apenas do que uniu a Geórgia em uma república marcada pelo sentimento nacionalista, mas também na união de interesses entre as populações da Abecásia e da Ossétia do Sul ao manter suas forças em oposição as autoridades georgianas. Segundo Paula Garb (2009), são três destaques de pontos comuns para ossetas e abecasis em sua resistência, “ambos se veem como vítimas do nacionalismo georgiano e consideram a elite política georgiana como agressora” (GARB, 2009, p. 236), além de que, “ambos consideram suas lutas contra os georgianos como um direito à autodeterminação” e ainda, a opção por “obterem cidadania russa, principalmente para obter passaporte que permita viajar para fora de seus territórios” (GARB, 2009, p.236) que levaram ao início de conflitos no pós dissolução e foram pontos de manutenção desse mesmo conflito para sua nova intensificação em 2008.

Das menções anteriores é importante afirmar que os casos das repúblicas bálticas, do Leste Europeu e do Cáucaso são as que compartilham das mesmas características quanto ao desenvolvimento de seus processos de

libertação nacional. Em regra, com exceção de Belarus, a busca pela independência por razões históricas que precederam a União Soviética e o domínio russo nessas regiões, impulsionaram as populações locais a manifestarem suas pretensões independentistas. Logicamente, não só movidas por um apelo nacionalista do sentimento de pertencimento e lealdade a figura do Estado, mas também pelos fatores complementares que ocorriam concomitantemente, em que se destacam as reformas políticas já mencionadas.

Deve-se ressaltar ainda que os aspectos linguísticos e étnicos foram determinantes, já que constituíam fatores de aproximação e laços nacionais, ao passo que a questão religiosa, não se apresenta como uniforme nos casos de demonstração expressa de insatisfação do domínio russo e um eventual modelo de unificação populacional. Nas repúblicas bálticas, por exemplo, a religião não desempenhou um papel de importância, ao passo que no Leste Europeu e no Cáucaso, com predominância cristã ortodoxa, o fator das Igrejas nacionais tornou ainda mais sólida a união e o sentimento nacionalista.

2.2. DOS CONFLITOS NO CÁUCASO DO SUL.

Os casos envolvendo conflitos no Cáucaso do Sul são vinculados a noções de separatismo, irredentismo e nacionalismo que estão conectadas às reivindicações de autodeterminação nos territórios dos Estados soberanos, ou ainda, das regiões que integram esses mesmos Estados. Nesse sentido, o autor Jeremy Smith (2013) bem afirma que:

Nos anos que se seguiram ao colapso da União Soviética, uma maioria ou parte significativa da população em cinco territórios recusou-se a aceitar o status que lhes foi determinado pelos governos dos novos Estados e reconhecido pela comunidade internacional – Chechênia na Federação Russa, **Nagorno Karabakh no Azerbaijão, Ossétia do Sul e Abkhazia na Geórgia** e Transdniestre na Moldávia. A demanda por independência total (ou união com a Rússia) foi o resultado final em todos os cinco casos, enquanto os novos Estados independentes apelaram ao princípio da integridade territorial ao insistir que os territórios permaneçam dentro de suas fronteiras. (SMITH, 2013, p.322) (tradução nossa). (grifo nosso).

Quanto ao separatismo, no sentido estrito do termo de separação territorial, esse se dá pelo fato de que no caso da Abecásia, por exemplo, não só buscou, como também permaneceu em um cenário de influência do sentimento nacional para estabelecer uma república independente e dissociada tanto da Rússia, quanto da Geórgia, ainda que tenha níveis de dependência do Governo de Moscou em função da legitimidade de seu status. Já ao falar de irredentismo, deve-se primeiramente apresentar sua definição e então demonstrar o porquê é possível atribuir essa lógica aos casos da Ossétia do Sul e do Nagorno-Karabakh.

De acordo com Markus Kornprobst (2009): “Irredentismo é uma reivindicação territorial de um Estado soberano contra outro Estado soberano, com o objetivo de alcançar a congruência entre as fronteiras da nação e as fronteiras do Estado”. (KOMPROBST, 2009, p.9). É na questão apresentada pelo autor que se denomina como congruência entre fronteiras da nação e do Estado, que fundamenta essa interpretação aos dois casos no sul do Cáucaso. As políticas irredentistas na Ossétia e no Karabakh têm por objetivo estabelecer uma união com uma porção majoritária de mesma origem étnica separada em outro território, em outras palavras, busca-se portanto a união da nação então dividida com a pátria originária. Especificamente, essas conexões nos casos mencionados se dão da seguinte maneira: a população armênia que habita no Nagorno-Karabakh com a República Armênia e os ossetas da região sul com a Ossétia do Norte que integra o território da Federação Russa.

Para além de suas motivações e bases, em se tratando propriamente dos conflitos, o agravamento na crise securitária nesta região seguiu fases distintas, e divide-se entre os conflitos com envolvimento direto e indireto da Federação Russa. Considerando o contexto político regional, deve-se mencionar que não há impedimentos claros para que a Rússia, como potência global, afete e desequilibre as relações mantidas no Cáucaso do Sul. Em específico, seu envolvimento direto está nas regiões separatistas da Geórgia, com a Ossétia do Sul e a Abecásia, e propriamente no conflito russo-georgiano no ano de 2008.

No caso armênio-azerbaidjano, por sua vez, a Rússia se mostra como uma potência mediadora no conflito no enclave de Nagorno-Karabakh, dado que o mesmo também configura um elemento importante na política externa russa de exercício do controle de seus Estados vizinhos, estabelecendo esses como uma zona de influência, e de igual modo estratégica para o interesse russo. Ainda quanto a Rússia, nota-se nesta análise que há em todos os casos de conflito no Cáucaso a sua interferência, bem como, o ponto comum de origem nas manifestações populares e organizações de grupos separatistas ao fim da década de 80, com a posterior a dissolução da União Soviética, e na década seguinte a permanência nos períodos de maior tensão quanto as crises securitárias.

2.2.1. Geórgia e os casos da Ossétia do Sul e da Abecásia.

A independência da República da Geórgia em 1991 se deve não só ao fator comum da dissolução da União Soviética, mas em grande parte por questões internas ligadas a mobilização da própria população georgiana, que junto às repúblicas do mar báltico, protagonizaram as primeiras movimentações, e desenvolveram uma série de protestos populares, demonstrando sua insatisfação com as medidas adotadas pela URSS e também quanto ao próprio status de Repúblicas Soviéticas. Essas manifestações comumente eram reprimidas por forças da União, fazendo com que a revolta e a insatisfação popular alcançassem níveis ainda mais elevados. A instabilidade nesse período anterior à independência deu origem a fatos relevantes para a formação da identidade nacional georgiana, a exemplo dos eventos que ocorreram ainda na década de 80, conforme menciona Stephen Jones (2012), a saber:

Na Geórgia, o primeiro estágio da revolução em meados da década de 1980 foi dominado por uma batalha entre dois conceitos rivais de nacionalismo: a elite, que mediava o “nacionalismo oficial da organização partidária georgiana” e o nacionalismo populista das ruas. Um ponto de virada neste conflito foi 9 de abril de 1989, quando uma brutal repressão aos manifestantes georgianos destruiu as

credenciais do Partido Comunista e fortaleceu os apelos à independência. (JONES, 2012, p.28). (tradução nossa).

O fortalecimento mencionado na citação anterior resultou em uma ampliação e maior clareza dos critérios de exigência da população georgiana diante da autoridade central de Moscou. O que antes representava o interesse por uma autonomia interna e a preservação das questões culturais, sobretudo no idioma e na religião, passou a ser direcionado para a independência total e uma reforma no sistema político no território georgiano. Nesse sentido, ainda de acordo com Stephen Jones, o autor afirma que “as demandas da oposição por soberania econômica, autogoverno e direitos culturais foram substituídas por clamores por independência política, a expulsão das tropas soviéticas e eleições livres” (JONES, 2012, p.28).

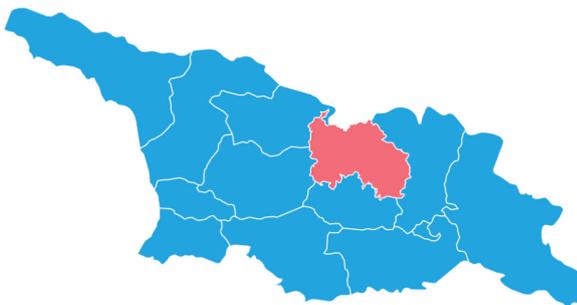
Após o período de incerteza e instabilidade marcado por tensões e hostilidades com as tropas soviéticas, a independência georgiana levou sua população a novos desafios, que não seriam limitados a essa República, mas que compõe o cenário político dos Estados do Cáucaso, trata-se claramente dos conflitos separatistas na Ossétia do Sul e na Abecásia.

Importante mencionar que a lógica de formação nacional georgiana também influenciou diretamente na aceitação das minorias étnicas em toda a extensão do novo Estado. Com isso, o sentimento nacionalista crescente na sociedade georgiana impactou também na mobilização das populações osseta e abecásia, que a partir do temor de uma eventual agressão de étnicos georgianos, buscaram no Governo russo, o apoio para garantir a sua segurança e sobrevivência. Nesse sentido cumpre mencionar o autor Gearóid Tuathail (2013), ao afirmar que: “as políticas etnocráticas cada vez mais radicais em Tbilisi levaram à contra-mobilização da Abkhazia e da Ossétia do Sul” (TUATHAIL, 2013, p. 676). Desse modo, cumpre expor a instabilidade na Geórgia em duas fases, primeiramente quanto à Ossétia do Sul e na sequência quanto à Abecásia.

No que se refere a Ossétia do Sul, a mesma encontra-se localizada entre a Federação Russa e a Geórgia, sendo incluída no território georgiano, e dissociada da Ossétia do Norte, onde a população majoritária também é composta por étnicos ossetas. Para facilitar sua compreensão e expressão no

território georgiano, torna-se necessário a adição do mapa político da região, como se observa a seguir:

Imagem I - Identificação da Ossétia do Sul no território georgiano.



Fonte: Government of Georgia - Occupied Territories (2023).

Desse modo, considerando o caso osseta, pode-se dizer que o conflito na Ossétia do Sul possui uma característica de grande complexidade se comparada com a Abecásia como o outro caso separatista na Geórgia. Isso se dá pelo fato de que entre as atuais repúblicas separatistas no espaço pós-soviético, a Ossétia do Sul tem a maior proximidade com o Governo de Moscou, e até mesmo, o interesse em compor a Federação Russa.

Essa proximidade é justificada pelo fato já mencionado de que a Ossétia está atualmente dividida entre Norte e Sul, sendo que a parte Norte integra a Federação Russa, e a região sul é internacionalmente reconhecida como parte integrante do território georgiano. Com relação aos outros fatores ligados a complexidade osseta, essa consiste em três aspectos principais que são apresentados nas palavras de Julian Birch (1995), a saber: “Desde 1989, três desafios em particular tiveram um impacto enorme, uma guerra civil étnica no Sul, um problema de refugiados do Sul no Norte, e uma disputa territorial e uma guerra civil no Norte. (BIRCH, 1995, p.43). (tradução nossa).

Com a menção às palavras de Birch é possível concluir que a conexão entre as populações ossetas na Rússia e na Geórgia causou efeitos ainda maiores no contexto do conflito. Ainda assim, deve-se inicialmente considerar as fases históricas de mobilização osseta, tanto no momento anterior à

dissolução da União Soviética, quanto no pós-dissolução, sendo em ambos os casos o maior objetivo a anexação ao território russo, em outras palavras, o estabelecimento de uma Ossétia unificada. Para alcançar a união dos territórios que configuram maioria étnica, a mobilização política dos representantes da Ossétia do Sul exigiu um longo período de negociações a nível diplomático, que por fim não conseguiram êxito. Esse período pode ser apresentado nas palavras de Félix Corley (1997), ao mencionar uma troca de documentos que detalham as intenções das autoridades ossetas junto ao governo de Moscou, a saber:

[...] O primeiro dá a visão do Centro sobre a guerra de autoridade na região. [...] O segundo destaca como o partido da Ossétia do Sul, ao contrário do da Geórgia, permanece leal a Moscou e pede ao Centro que anule todas as decisões em Tbilisi que considere inconstitucionais.[...] O terceiro, informa o Comitê central dos últimos desenvolvimentos na esfera da segurança. (CORLEY, 1997, p.270). (tradução nossa).

Cumpre apresentar ainda que a visão extremista do nacionalismo georgiano elevou as tensões não só diretamente entre as populações, mas de igual modo, nas barreiras políticas impostas à então Região Autónoma da Ossétia do Sul como parte integrante da RSS da Geórgia. Com o fim da escalada do conflito na década de 90, o caso da Ossétia do Sul permaneceu com um status inalterado, onde a Soberania georgiana não era plenamente exercida, além de não haver a retomada da autonomia que os étnicos ossetas almejavam⁴.

No entanto, ainda havia tensão entre as duas populações, e em 2008, o conflito na Ossétia do Sul ganha uma nova fase de curta duração, envolvendo então a Rússia, no que se denomina de conflito russo-georgiano. Importante ressaltar que mesmo com um período relativamente curto, os fatos resultaram em medidas que reforçaram o caráter prolongado e de manutenção do cenário conflituoso por ambas as partes.

⁴ A atual constituição da República da Geórgia reconhece apenas a autonomia da Abecásia, e mantém a retirada da autonomia osseta desde os eventos conflituosos na década de 90. Além disso, a constituição georgiana reafirma a soberania da Geórgia nos territórios, enfatizando que a autodeterminação reivindicada por ossetas e abecasis não é objeto de negociação nas políticas nacionais.

Em resumo, alguns fatos foram altamente relevantes para compreender a relação russa no conflito na Ossétia do Sul. Primeiramente, a presença de uma operação de paz composta por soldados russos, e o risco de ataques a suas bases, a solicitação de apoio do Governo de Moscou por autoridades ossetas, e ainda propriamente o interesse russo na região do Cáucaso e nos demais Estados pós-soviéticos.

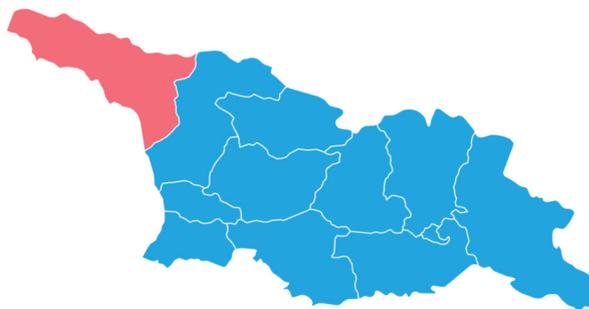
A presença russa também se justifica por outro argumento relevante, a invasão ao território georgiano teve como fundamento a dita defesa da população osseta contra o genocídio provocado por nacionalistas da Geórgia, e que por outro lado, a Geórgia afirmava que a intervenção russa causaria unicamente a violação de suas fronteiras e intervenção em seus assuntos internos. A guerra que ocorreu em 2008 entre as forças russas e ossetas contra as forças georgianas pode ser analisada por cinco fases apresentadas por Tuathail (2013). De acordo com esse autor:

A guerra que se seguiu pode ser dividida em cinco fases. A primeira foi a batalha por Tskhinvali e as aldeias montanhosas vizinhas. Os residentes da Ossétia do Sul não evacuados agacharam-se em porões enquanto as forças georgianas se aproximavam das aldeias montanhosas da Ossétia no distrito de Leningori que foram tomadas por tropas georgianas; Fontes ossetas afirmam que aldeias osséticas em Sinaguri, Djalabeti e Java também foram atacadas. [...] A segunda fase foi o contra-ataque russo que começou imediatamente com bombardeios russos contra instalações militares georgianas e outros alvos oportunos; mísseis balísticos também foram usados. [...] A terceira fase foi a invasão terrestre russa da Geórgia propriamente dita. Em termos práticos, esta foi apenas uma frase discreta porque começou em 10 de agosto, quando as forças russas empurrando o exército georgiano de volta para sua base de operações em Gori continuaram seus bombardeios e perseguições para além das linhas administrativas do OA da Ossétia do Sul da era soviética. [...] A quarta fase foi o acordo de cessar-fogo e a cessação das hostilidades. [...] A fase final foi a lenta retirada das forças russas das posições dentro da Geórgia propriamente dita. (TUATHAIL, 2013. p. 686 e seg). (tradução nossa).

Após a apresentação do conflito na Ossétia do Sul, a partir de sua abordagem histórica e com suas principais fases e atores, deve-se dar início a questão da Abecásia como segundo caso no contexto do pré e pós independência da Geórgia. A Abecásia corresponde a porção ocidental do

território georgiano, tendo sua fronteira com a Federação russa, conforme se observa no mapa abaixo:

Imagem II - Identificação da Abecásia no território georgiano.



Fonte: Government of Georgia - Occupied Territories (2023).

Primeiramente, a questão abecásia-georgiana claramente tem seu vínculo direto ao legado soviético, mas principalmente às políticas nacionais desse período e na questão da representação regional. De acordo com a autora Rachel Clogg (2008):

O conflito georgiano-abecásio teve suas raízes em pontos de vista mutuamente contestados sobre o legado do período soviético (e a política de nacionalidades soviéticas em particular) e aspirações concorrentes em relação ao poder político e à representação. (CLOGG, 2008, p.305).

Desse modo, no que se refere ao conflito de natureza separatista na Abecásia, deve-se mencionar que o mesmo cenário de formação da identidade nacional da Geórgia afetou diretamente a população de etnia abecásia, que não representaram nesse período pós-independência um papel relevante nas dinâmicas e processos nacionais. Especialmente, um dos casos mais expressivos, se refere a adoção da Constituição nacional georgiana nos moldes do texto adotado na década de 20, o qual não fazia menção a região da abecásia e gerou uma mobilização também na população da região separatista visando sua autonomia junto ao Governo de Tbilisi. Nas palavras de John

Colarusso (1995), esse fator foi importante para a eclosão do conflito entre a Abecásia e a Geórgia, segundo Colarusso (1995):

Com o fim da União Soviética, a Geórgia passou a adotar sua constituição de 1921, que não fazia referência à Abecásia, é claro. A Abecásia viu a adoção desta constituição, juntamente com a anulação antecipada de sua fronteira com a Geórgia, como um rebaixamento adicional de seu status já intolerável. Em resposta, optou por não se separar, mas adotar sua própria constituição de 1925 e, em seguida, buscar uma relação federativa com a Geórgia, um ato que não apenas refletia o estado de espírito abecasio que buscava vínculos com outros como meio de ganhar força, mas também um que refletia o desejo de manter laços com seu grande compatriota, propriamente, a Geórgia. (COLARUSSO, 1995, p.81).

Observa-se, portanto, que houve na Abecásia um processo distinto, ao menos na fase inicial, com relação a república separatista da Ossétia do Sul. Essa distinção se dá especialmente através das medidas políticas como um meio de solucionar os objetivos regionais da Abecásia sem romper os laços nacionais com a Geórgia. No entanto, essas medidas não foram suficientes para encerrar as tensões de natureza étnica.

De fato, o Governo georgiano que buscava a centralização em Tbilisi, e a redução da sua característica de pluralidade étnica no território, avançou para a retirada da autonomia também da Abecásia, e para além do ato político, moveu uma ação militar contra a região. Nesse sentido, é importante mencionar que o conflito entre a Abecásia e a Geórgia na década de 90 inclui ainda outros grupos étnicos do Cáucaso do norte⁵ através de uma ação conjunta, dado que foram considerados os vínculos já estabelecidos entre esses grupos e os abecasis considerados os laços históricos comunitários, sobretudo quanto aos ossetas, além da participação russa como parte diretamente interessada na região do Cáucaso do sul. Nas palavras de Arsène Saparov (2014):

⁵ Autores como John Colarusso também mencionam o apoio concedido à Abecásia pela Confederação do Norte. De acordo com o autor: “A Confederação dos Povos da Montanha, formada no final de 1989 para proteger os abecasis quando os tumultos eclodiram entre eles e os mingrelianos, de repente encontrou um propósito renovado”. (COLARUSSO, 1995, p.83, e quanto ao apoio dos étnicos ossetas, ainda de acordo com Colarusso: Os ossetas do Sul, lembrando-se de seu próprio sofrimento e da ajuda que lhes foi dada na época pelos abecasis, juntaram-se à batalha como uma brigada nacional, reforçando assim seu próprio status como nação enquanto ajudavam seus aliados do outro lado do Cáucaso. (COLARUSSO, 1995, p.83).

Em 14 de agosto de 1992, as forças georgianas entraram na Abecásia sob o pretexto de defender uma ferrovia, um ato que marcou o início de um conflito militar em grande escala. As tropas georgianas foram inicialmente bem-sucedidas, capturando a maior parte da Abecásia, exceto a região de Gudauta. A Abecásia recebeu apoio de voluntários do Cáucaso do Norte, bem como apoio tácito da Rússia, e lançou uma contra-ofensiva em Outubro. Após um impasse temporário, as forças abecásias invadiram Sukhumi no verão de 1993 (SAPAROV, 2014, p.158)

No decorrer do conflito, o caso Abecásio se mostrou como um dos mais violentos em todo o espaço pós-soviético, tendo como um dos principais efeitos o elevado número de desabrigados internos. De acordo com Christoph Zürcher (2007):

A terceira guerra na Geórgia foi travada pela secessionista Abkhazia (agosto de 1992 a outubro de 1993). Esta guerra foi de longe o mais sangrento dos três conflitos georgianos, ceifando até 10.000 vidas, das quais pelo menos três quartos eram civis. Quase toda a população georgiana, entre 230.000 e 250.000 pessoas, foi forçada a deixar a Abkhazia. (ZÜRCHER, 2007, p. 143). (tradução nossa).

Nos anos seguintes, assim como no caso osseta, a Abecásia, no ano de 2008, foi palco de um novo conflito com as forças georgianas. Também inserido no contexto do conflito russo-georgiano, o apoio então declarado da Rússia às regiões da Ossétia e Abecásia se mostrou mais uma vez como um fator de influência direta na vitória militar dos separatistas abecasis que foram apoiados por tropas do exército russo. Em agosto de 2008, a última fase de fato direta nos conflitos levou ao posterior reconhecimento da Federação russa da região da Abecásia como um Estado soberano e a imposição de mais um desafio a instabilidade regional marcada pelo sentimento nacionalista envolvendo a identificação étnica dos abecásios.

Ainda quanto a Abecásia, e o contexto da guerra de 2008, esse período fortaleceu ainda mais os laços com a Rússia que possui grande influência das relações entre Estados em todo o espaço pós-soviético. Nesse sentido, conforme menciona Nicu Popescu (2010):

A Abecásia está profundamente ligada à Rússia. Antes da guerra de agosto de 2008, às forças de paz russas serviam como guardas de

fronteira de fato da Abkházia, cerca de 70% da população local (excluindo a maioria dos georgianos de Gali) receberam passaportes russos, o rublo russo era a moeda local, enquanto a região recebeu assistência militar e apoio financeiro da Rússia, incluindo pensões e transferências orçamentárias diretas. (POPESCU, 2010. p. 3).

A fase atual dos conflitos na Geórgia encontra-se em menor nível de intensidade nas hostilidades entre as partes envolvidas. As vias diplomáticas para negociação não só com as regiões separatistas, mas de igual modo com o Estado russo, mostram-se como satisfatórias para o controle da violência, considerando a ausência de violações nas fronteiras, e na adoção de planejamentos no âmbito interno da República da Geórgia, a fim de atender as demandas relacionadas aos efeitos do conflito. Cabe dizer também que o mesmo cenário é observado no caso da Ossétia do Sul.

Faz-se mister salientar que o cenário observado na década de 90 permanece como uma realidade, com a autonomia da Abecásia ainda admitida por autoridades georgianas e a Ossétia do Sul, após a retirada do status de região autônoma em 1992, sem identificação própria para fins de divisão administrativa do território.

De todo modo, ambas mantêm sua conexão com a Rússia, e os eventos recentes de intensificação nas questões securitárias com conflitos no espaço pós soviético, envolvendo a Federação russa, podem ter efeitos diretos nos casos da Ossétia do Sul e da Abecásia em função da semelhança de suas naturezas e outros elementos associados a crise, como expansões militares e comportamento dos Estados no enfrentamento de crises de segurança regional.

2.2.2. O conflito do Nagorno-Karabakh entre o Azerbaijão e a Armênia.

A análise do conflito do Nagorno-Karabakh a partir de sua contextualização histórica tanto no período anterior, quanto após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, é desenvolvido com foco para as tensões étnicas existentes e a mobilização política para decidir o futuro do Nagorno-Karabakh relativo ao seu pertencimento nacional. Nesse sentido,

esta subseção tem início com as aspirações de união da região do Nagorno-Karabakh, a então República Socialista Soviética da Armênia e a menção aos massacres étnicos na década de 80, especialmente os casos de: Sumgait (1988) e Baku (1990), posteriormente as fases do conflito no pós-dissolução, envolvendo a Armênia e o Azerbaijão já na condição de Estados Soberanos.

Em se tratando das tentativas de unificação com a RSS da Armênia, é importante iniciar esta seção com a menção dos eventos a partir da década de 60. O motivo principal para a adoção desse marco temporal se dá pelo fato de que nesse período a movimentação política nas repúblicas autônomas das RSSs em geral, e especialmente no Nagorno-Karabakh, foram intensificadas em determinadas regiões e iniciadas naquelas onde eram pouco exploradas, o que provocou o agravamento das tensões étnicas já existentes. Segundo Krüger (2010):

Houveram algumas disputas na década de 60, quando os trabalhadores e camponeses de Nagorno-Karabakh e da RSS da Armênia apresentaram várias petições à liderança do Estado soviético. Seu objetivo era mudar a afiliação territorial do Karabakh, mas isso foi rejeitado. Os principais pontos de discórdia foram a deterioração das condições de vida e o subdesenvolvimento econômico no Nagorno-Karabakh. (KRÜGER, 2010, p.17)

Mesmo mencionando as questões de subdesenvolvimento econômico como uma provocação para a intensificação das medidas de secessão ainda no âmbito da União Soviética, através das incessantes iniciativas da população armênia da República autônoma do Nagorno-Karabakh, essas condições só ocorreram como uma espécie de resposta as tensões étnicas já existentes entre armênios e azerbaijanos, que tem origens para além da região separatista, com efeitos em outras regiões de ambas as Repúblicas Soviéticas, como nas capitais Baku (Azerbaijão) e Yerevan (Armênia).

Observa-se então que a lógica de conflitos étnicos, inclusive com possíveis origens no contexto da primeira guerra mundial, dado o genocídio da população armênia cometido pelo Império Turco Otomano, é que fundamenta todas as ações posteriores de provocar condições econômicas e sociais

impróprias para o desenvolvimento regional, em outras palavras, uma espécie de revanchismo étnico-comunitário.

Nos anos seguintes, durante toda a década de 70 e o início de 80, o contexto político permaneceu na mesma ordem das decisões soviéticas anteriores, com as rejeições de propostas de unificação da República Autônoma do Nagorno-Karabakh a República Socialista Soviética da Armênia, sendo somente após 1985 que as tensões entre azerbaijanos e armênios retornaram com maior intensidade. Importante mencionar que o retorno das tensões étnicas se deu em decorrência das iniciativas políticas, não só dos próprios grupos armênios, mas também das propostas de natureza nacional, como exemplo das estabelecidas no governo de Gorbachev, quando o mesmo iniciou as políticas da perestroika (reestruturação econômica) e glasnost (abertura política), e assim “preparando o espaço para demandas culturais, territoriais e até separatistas há muito latentes”. (GEUKJIAN, 2012, p.130). Essas tensões resultaram no processo de massacres étnicos mencionados nos parágrafos anteriores, dos quais tiveram maior expressão os casos de Sumgait e Baku. De acordo com Frederik Coene (2009):

A situação tornou-se mais tensa em 1987 e resultou em fevereiro de 1988 em várias ondas de refugiados do Azerbaijão deixando a Armênia, principalmente para o Azerbaijão. Em 20 de fevereiro, o soviete do Oblast Autônomo de Nagorno Karabakh solicitou que fosse atribuído sob a RSS da Armênia. Uma semana depois, surgiram ataques em Sumgait, subúrbio industrial de Baku, após rumores de ataques em Stepanakert e Askeran. Isso levou a um pogrom de três dias em que os armênios tiveram que fugir de Sumgait. (COENE, 2009,p.146). (tradução nossa).

Como resultado do pogrom instaurado no distrito de Sumgait as tensões entre étnicos armênios e azerbaijanos alcançaram níveis ainda maiores, e a desconfiança entre esses grupos étnicos resultou em uma migração em massa de armênios que residiam no território azerbaijano para a então RSS da Armênia, e do mesmo modo, temendo a violência crescente, o caminho contrário de azerbaijanos que residiam na Armênia e migraram para a RSS do Azerbaijão. Cumpre mencionar também de que os eventos ocorridos nas cidades armênias contra azerbaijanos e nas cidades azerbaijanas contra a população armênia não foram compreendidos e incentivados por toda a

população, dado que o momento ainda era marcado por incertezas no próprio contexto da União Soviética. Ainda assim, os massacres configuraram um novo cenário de relações étnicas no Cáucaso do Sul. Para sintetizar essa lógica do momento posterior ao início dos pogroms e das campanhas de violência étnica, citam-se as palavras do autor Thomas de Waal (2003), a saber:

Os assassinatos de Sumgait foram um divisor de águas para a União Soviética. Dispensável dizer que eles foram uma catástrofe para os armênios. Entre 26 e 29 armênios de Sumgait perderam a vida e centenas ficaram feridos. Quase todos os 14.000 armênios de Sumgait deixaram a cidade. Fora de Sumgait, a violência chocou a comunidade de cerca de 350.000 armênios em todo o Azerbaijão, milhares dos quais deixaram a república. Sumgait também foi uma catástrofe para o Azerbaijão, que, enquanto lutava para reagir aos eventos inesperados em Karabakh, produziu a violência intercomunitária mais selvagem na União Soviética na memória viva. (WAAL, 2003, p.40). (tradução nossa).

Com o aumento da violência e a escalada das tensões, era inevitável que no centro das reivindicações armênias, ou seja, no território correspondente ao oblast autônomo de Nagorno-Karabakh, a mobilização para fins de conflito com os nacionais azerbaijanos seria ainda mais intensificada. De fato, nos anos seguintes, especificamente na década de 90, a ocorrência da dissolução da União Soviética e com o surgimento das novas repúblicas as alegações que já causavam conflitos anteriormente, viriam então a resultar nos conflitos de natureza interestatal com os Estados sucessores, ou seja as atuais República do Azerbaijão e a República da Armênia. A previsão soviética de manter o Nagorno-karabakh inserido no território azerbaijano, e o reconhecimento internacional de que o mesmo no pós-dissolução permaneceu como parte integrante do território azerbaijano, resultou na saída militar como única perspectiva de alcançar os objetivos dos étnicos armênios na região, os quais utilizando desse argumento, buscaram estabelecer sua autodeterminação.

A segunda fase desse conflito entre armênios e azerbaijanos foi desenvolvida na década de 90, especialmente entre 1991 a 1994, sendo esse último ano marcado pela celebração de um acordo de cessar-fogo entre as partes envolvidas. Ainda assim, para compreender o contexto em que as partes alcançaram os termos do acordo, cumpre mencionar o desenvolvimento militar

anterior. Especificamente, em 1991 as declarações de independência, não só azerbaijana e armênia, como também do próprio território do Nagorno-Karabakh, levaram a violação expressa da integridade territorial do recém criado Estado azerbaijano, e essa violação foi acompanhada com o apoio militar do Estado armênio, que ao mesmo tempo não se manifestou em um reconhecimento exposto da autoproclamada república do Nagorno-Karabakh, ou na denominação armênia República de Artsakh, essa participação das forças militares armênias foi possível considerando o vínculo étnico das populações da República Armênia e do Nagorno-Karabakh, sendo esse território inclusive considerado uma extensão da nacional da Armênia, razão pela qual o Azerbaijão temia uma anexação de parte do seu território, dado a forte influência irredentista na população armênia local, que consideravam seus laços históricos como suficientes para o atendimento de sua reivindicação.

No ano seguinte às primeiras hostilidades, outro fato relevante ocorreu entre étnicos armênios e azerbaijanos que reforçaram a clivagem étnica existente na região. Em 1992, o conflito do Karabakh foi marcado pelo fato envolvendo o massacre (oficialmente aceito para além das fronteiras azerbaijanas) ou ainda, genocídio de Khojaly, como se manifesta por autoridades do Azerbaijão. Quanto aos fatos, de acordo com Thomas de Waal (2018) “Na noite de 25 para 26 de fevereiro, os armênios começaram seu ataque a Khojaly, auxiliados pelos remanescentes do regimento de tanques soviético. Cerca de 3.000 pessoas viviam em Khojaly”. (WAAL, 2018, p. 135). Como resultado dos ataques, o caso ganhou proporção pelo número de vítimas e de igual modo pela motivação, ainda de acordo com Waal “a investigação parlamentar oficial do Azerbaijão sobre os assassinatos concluiu mais tarde que 485 pessoas morreram” (WAAL, 2018, p.135).

O término do conflito no pós-cessar fogo, se deu pela vitória militar armênia nos territórios reivindicados no Nagorno-Karabakh, e também para além deste, uma vez que os territórios adjacentes também foram dominados por forças separatistas⁶. De fato, as circunstâncias nesse período contribuíram

⁶ Os territórios adjacentes mencionados anteriormente se referem às regiões azerbaijanas mencionadas: “Em maio de 1992, Shusha, o centro administrativo povoado pelo Azerbaijão do

para a permanência das tensões entre os dois Estados. Essa fase no conflito armênio-azerbaidjano pelo controle de Nagorno-Karabakh pode ser resumido nas palavras da autora Irina Ghaplanyan (2017), ao afirmar que:

As hostilidades militares em grande escala duraram quatro anos, terminando em um cessar-fogo em 1994 e resultando em forças armênias tomando não apenas a maior parte de Karabakh, mas também partes de sete territórios adjacentes que estavam situados fora do antigo OANK. (GHAPLANYAN, 2017, p.130). (tradução nossa).

Por anos o conflito do Nagorno-Karabakh permaneceu no mesmo status, sendo considerando inclusive um conflito congelado no espaço pós-soviético, dado que violações pontuais ao acordo de cessar fogo estabelecido em Bishkek, no ano de 1994, e limitados à esfera de atuação das forças militares, não foram suficientes para agravar a crise securitária entre a Armênia e o Azerbaijão. No entanto, anos mais tarde, especificamente em 2020, o conflito foi marcado por uma nova fase de escalada das tensões e de confronto entre forças militares azerbaijanas e forças separatistas armênias, que contavam nesse momento com uma intensificação do apoio de militares nacionais da República Armênia, demonstrando de forma clara e inequívoca o envolvimento direto do Estado armênio no contexto do conflito.

As causas para reacender o conflito entre armênios e azerbaijanos não foram alteradas ao longo de mais de duas décadas, por outro lado, foram potencializadas, sendo objeto de análise por especialistas no tema. Nesse sentido, de acordo com Ali Askerov e Gubad Ibadoghlu (2023), são 9 as razões listadas que possuem maior relevância para a retomada das hostilidades na região do Karabakh. A primeira causa consiste no amadurecimento da situação conflituosa e na prontidão das partes para a guerra. Esse fator é evidenciado ao analisar o contexto do conflito, Akerov e Ibadoghlu afirmam que “O processo de paz, iniciado após o acordo de cessar-fogo assinado em maio de 1994, fracassou apesar de uma longa série de negociações entre a Armênia e o

distrito de Nagorno Karabakh, e Lachyn, o distrito situado entre a Armênia e Nagorno Karabakh, foram ocupados. Em 1993, as forças armadas da Armênia capturaram outros seis distritos do Azerbaijão em torno de Nagorno Karabakh: Kalbajar (abril de 1993), Aghdam (julho de 1993), Jabrayil (agosto de 1993), Gubadly (agosto de 1993), Fuzuli (agosto de 1993) e Zangilan (outubro de 1993)”. (AGNU, 2009, p.190). (tradução nossa).

Azerbaijão, patrocinadas principalmente pelo Grupo de Minsk da OSCE” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2023, p. 246). A lógica na falha do processo de paz direciona para a prontidão para guerra, visto que a segurança dos governos, armênio e azerbaijano, estaria em risco pela instabilidade. Além disso, a prontidão para o confronto armado trata-se, na verdade, de uma resposta imediata à continuidade das agressões.

A participação da OSCE anteriormente mencionada, é um elemento relevante nesse aspecto, o que levou inclusive a influenciar o posicionamento das partes quanto à atuação de terceiros no conflito, razão que nos leva a outra causa apontada pelos autores, notadamente no que se refere à falência na mediação internacional. Uma das características mais acentuadas e que, explicam a falência da mediação, consiste na preocupação dos membros do Grupo de Minsk em somente “manter o processo dentro de limites administráveis sem fazer uma avaliação completa da situação” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 249).

Como terceira causa apontada pelos autores, o destaque é para a perda de confiança, tanto entre as partes, quanto para com as Organizações Internacionais e Estados terceiros interessados no conflito. Nesse sentido, destaca-se que o Governo de Pashinyan na Armênia não ofereceu ao governo Azerbaijano a confiança necessária para continuidade nas negociações, assim como as Organizações Internacionais como a ONU e propriamente a OSCE, não foram capazes de gerir o conflito com a solução pacífica de controvérsias, além da própria desconfiança do Governo de Moscou para a atuação de Pashinyan.

Outro ponto de análise listado pelos autores consiste na carga emocional e psicológica enfrentada pelas partes, sobretudo no que se refere ao Azerbaijão, considerando o contexto de derrota militar na primeira guerra do Karabakh. Além disso, soma-se as causas da guerra a prontidão militar a que se propuseram as partes, com destaque para a mobilização azerbaijana, considerando que “O Azerbaijão trabalhou persistentemente para criar uma assimetria de poder a seu favor até o momento em que acreditou que era a hora de mudar o status quo na região” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p.

251). Por outro lado, a Armênia, mesmo fortificando suas bases militares, contava com o apoio russo para alcançar êxito em seus objetivos, dado que consideravam suas posições no Nagorno-Karabakh como invencíveis. De fato, o Azerbaijão demonstrou uma prontidão militar adequada ao tempo em que foi aplicada, por outro lado, a Armênia, mesmo com investimentos no setor militar, demonstrou aptidão para um conflito nos moldes da década de 90, onde sua tecnologia se mostrou insuficiente para confrontar as forças azerbaijanas.

Além desses fatores, outro aspecto igualmente relevante trata-se do uso do conflito para consolidação do poder político. No caso armênio, o Karabakh foi “especialmente eficaz na mudança de governos” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 251). Contrário a unidade de poder representada por Aliyev no Azerbaijão, o caso da Armênia com Pashinyan no cargo de Primeiro Ministro ofereceu uma representatividade frágil, diferente do que foi observado nos Governos de Sargsyan e Kocharyan. O Governo de Nikol Pashinyan foi alvo de críticas por toda a população armênia quanto a atuação no Nagorno-Karabakh, até o momento em que o mesmo, visando a manutenção de seu cargo, adotou as reivindicações nacionais.

Ainda de acordo com Askerov e Ibadoghlu, acerca da postura de Pashinyan, os autores afirmam que as “mensagens polêmicas sobre a questão de Karabakh foram um sinal de um dilema formado da oposição armênia” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 252), e que além disso, em razão da pressão existente no país, “os desenvolvimentos posteriores mostraram que Pashinyan foi incapaz de fazer o que originalmente queria fazer no Karabakh, ou não tinha nenhuma intenção de proporcionar mudanças, e também usou o tópico do Karabakh para fins políticos”. (id).

Em se tratando das influências externas, o destaque é para a presença russa no conflito do Nagorno-Karabakh. Nesse sentido, sobre os interesses russos, a Segunda Guerra do Karabakh demonstrou uma mudança no comportamento do Governo de Moscou, considerando que o Estado armênio, a quem detinha maior proximidade, na gestão de Pashinyan, adotou uma orientação pró-ocidental, ação que a Rússia não tolerou. Inicialmente, “A Rússia queria forçar Pashinyan a abandonar sua orientação pró-ocidental,

lembrando-o da dependência da Armênia da Rússia para sua segurança” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 253). Ademais, o Governo russo também oportunizou logo após o conflito a demonstração de sua importância na região ao mediar os termos de paz entre a Armênia e o Azerbaijão, possibilitando unicamente o envolvimento da Turquia, aliada do Azerbaijão, mas com limitações, sobretudo na aplicação de tropas de manutenção de paz.

A oitava causa mencionada por Askerov e Ibadoghlu (2022) trata-se do nacionalismo e do patriotismo no Azerbaijão. Inegavelmente, uma das mais influentes para a escalada da violência e intimamente ligada ao psicológico de populações marcadas pela violência das guerras. Nesse sentido, os azerbaijanos eram afetados, além da ocupação contínua, pelo “massacre de Khojaly em 1992, bem como pelo grande número de Desabrigados Internos, que sofreram as consequências da agressão armênia” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 254).

Por fim, a última causa listada pelos autores refere-se à participação externa, além da influência russa, que se mostra na participação da Turquia e de Israel. No que se refere à Turquia, seus laços culturais com o Azerbaijão permitiram uma atuação de maior impacto, nesse sentido a Turquia buscava não só aumentar sua influência no Sul do Cáucaso, mas também compensar oportunidades perdidas na década de 90. De acordo com Askerov e Ibadoghlu, “Em 2020, a parceria entre a Turquia e o Azerbaijão estava no auge e a Turquia estava pronta para fornecer apoio político e estratégico ao Azerbaijão em um momento histórico para compensar as oportunidades perdidas no início dos anos 1990” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 255).

Assim, a nova fase do conflito, também denominada de Segunda Guerra do Karabakh (2020), teve seu início como se observa no relatório elaborado por autoridades azerbaijanas acerca do conflito armênio-azerbaijano. De acordo com o relatório elaborado no pós-guerra em 2021, o conflito foi iniciado quando, em 27 de setembro de 2020, “a Armênia atacou as posições do Exército do Azerbaijão por várias direções. Com uso de artilharia pesada para disparar contra assentamentos residenciais”. (AZERBAIJÃO, 2021, p.8). A última e mais recente fase do conflito, considerando sua curta duração e o

avanço expressivo das tropas azerbaijanas, pode ser sintetizada nas palavras de Joel Postma (2021), ao mencionar que:

Entre 27 de setembro e 10 de novembro de 2020, Armênia e Azerbaijão entraram em confronto pelo território disputado de Nagorno-Karabakh, como haviam feito antes entre 1988 e 1994. Esta sequência, uma clássica batalha por território através de um confronto de força militar, culminou em uma captura azeri estrategicamente importante da cidade de Shusha, após o acordo de paz que foi mediado pela Rússia encerrou 44 dias de combates. Embora não tenha havido uma rendição formal da Armênia, os resultados no campo de batalha foram claros: o Azerbaijão desferiu um golpe militar impressionante nas forças armênicas que deixou Yerevan sem escolha a não ser aceitar os termos do acordo de cessar-fogo e recuar da maior parte do região disputada. (POSTMA, 2021, p.15). (tradução nossa).

O pós guerra, com os acordos celebrados entre as partes envolvidas, provocou mudanças significativas no contexto do conflito entre armênios e azerbaijanos pelo controle do território de Nagorno-Karabakh e suas regiões adjacentes. Conforme se observa no mapa abaixo, o avanço das forças militares azerbaijanas limitou a pretensão armênia a uma porção reduzida do que a ideia mantida desde a mobilização para independência e inclinação para uma união com a República Armênia.

Imagem III - Acordo de paz Armênia-Azerbaijão 2020 (Nagorno-Karabakh)..



Fonte: How Do We Explain Victory? The Karabakh Campaign of 2020. (Edward J. Erickson).

Entre as consequências do pós-guerra destacam-se as que afetam o Azerbaijão, Armênia e Nagorno-Karabakh como partes diretamente envolvidas. Nesse sentido, para o Azerbaijão “a realidade do pós-guerra contém mais oportunidades que riscos” dado que o Governo investe em “programas de reabilitação de infraestrutura que serão implementados nos territórios devolvidos ao Azerbaijão” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p.261). Por outro lado, para a Armênia, “A guerra teve resultados difíceis. Durante a guerra de 44 dias, pelo menos 3.000 armênios foram mortos” além “de centenas desaparecidos e não identificados” o que resulta em “um triste retrato e sombrio do custo da guerra para a Armênia” (ASKEROV e IBADOGHLU, 2022, p. 262). Quanto ao Nagorno-Karabakh, a perda de seu status político, dado a retomada dos territórios para o Azerbaijão, marca o fim da então autoproclamada República do Artsakh, para o pleno exercício da Soberania azerbaijana na totalidade de seu território.

Cumprе destacar que mesmo após a vitória militar das autoridades azerbaijanas, e a aceitação das forças armênias (tanto separatistas quanto da própria República Armênia), dos termos estabelecidos no cessar fogo e na rendição, o sentimento nacional, como já mencionado anteriormente, envolvendo o revanchismo étnico permanece como pauta primordial para a política externa armênia e como fundamento para mobilização de tropas e recursos destinados a financiamento de atividades militares e desenvolvimento tecnológico para a indústria bélica do Estado armênio.

2.3. CONCLUSÃO PARCIAL.

O presente capítulo apresenta os fatos relativos aos conflitos no sul do Cáucaso, enfatizando os movimentos separatistas e as ações de resposta dos Estados que enfrentam esses desafios em seus territórios. Dessa forma, a estrutura do segundo capítulo foi mantida em duas seções. A primeira seção

trata sobre o ponto de partida dos conflitos e remota ao período anterior ao processo de dissolução da União Soviética. Extrai-se que os conflitos no Cáucaso do Sul possuem pontos em comum, sobretudo quanto à sua origem em um período onde a União Soviética enfrentava os desafios de uma reforma política e econômica, concluindo que as propostas adotadas pela União afetaram toda a extensão do território, e impulsionam as tensões já existentes entre diferentes povos que mantinham a diversidade étnica da URSS.

Foi possível demonstrar que entre as ações da União Soviética, a administração dos territórios das repúblicas soviéticas e regiões autônomas configurou um dos principais agravantes, pelo fato de que a divisão étnica que enfraquecia movimentos independentistas, fortalecia ao mesmo tempo, o domínio russo pela fragilidade imposta aos demais povos. Como exemplo, os três casos em análise no presente estudo demonstram que essa política influenciou não só no ponto de partida dos conflitos mas também, futuramente, na rede de alianças estabelecidas já no pós União Soviética, nas relações exteriores mantidas pela Armênia, Azerbaijão e Geórgia e uma dependência com o governo de Moscou.

Quanto à segunda seção, dividida em duas subseções dedicadas respectivamente aos casos separatistas na Geórgia e no Azerbaijão. Buscou-se evidenciar a influência nacionalista e separatista na Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh, decisões internas e o impacto das conexões externas no contexto dos conflitos.

Nesse sentido, em que pese a importância dos atores externos envolvidos nos conflitos deste estudo, cita-se não só a influência russa por contar com os fatores históricos e de liderança a nível regional, mas de igual modo, com outras duas potências regionais. No caso do Nagorno-Karabakh observa-se a importância da Turquia e também do Irã, ainda que a primeira se mostre mais influente por uma conexão histórica e cultural com o Azerbaijão. Além disso, o Azerbaijão conta com o apoio de outros Estados de origem turquica, também do espaço pós-soviético, a exemplo do Turcomenistão, Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão.

A armênia por outro lado, demonstra um isolacionismo, visto que sua política de relações externas conta com uma dependência da Rússia, e também da atuação de sua numerosa diáspora. Já quanto à Geórgia, foi possível observar que no espaço pós-soviético a mesma possui um apoio restrito e limitado à Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia, que compõem inclusive a Organização regional denominada GUAM, e enfrentam os mesmos desafios do separatismo. Ainda assim, suas relações de influência são especialmente com a União Européia, o diálogo com a OTAN como meio de defesa para o avanço russo e os Estados Unidos como oposição ao avanço da Rússia no continente europeu.

Em se tratando das ações internas que foram adotadas pelos Estados Sul-caucasianos, observa-se ainda que o posicionamento dos governos em Baku, Yerevan e Tbilisi não foram direcionados ao diálogo desde os primeiros anos de tensão, e também dos que foram seguidos pelo confronto direto entre as partes. Na sequência dos eventos que moldaram os conflitos no Nagorno-Karabakh, Abecásia e Ossétia do Sul, os fatores internos e externos contribuíram por um lado, na Geórgia, para o congelamento dos confrontos, e quanto ao Nagorno-Karabakh para o seu retorno em grandes níveis de intensidade, como se observou no ano de 2020, na tentativa do Governo de Baku em encerrar a questão separatista com o prevailecimento do uso da força.

3. OS CONFLITOS DO CÁUCASO DO SUL SOB A ÓTICA DOS CONFLITOS SOCIAIS PROLONGADOS.

Este capítulo é dedicado à análise dos conflitos no Cáucaso do Sul de acordo com o conceito de Conflitos Sociais Prolongados desenvolvido por Edward E. Azar. Busca-se, portanto, problematizar o conflito à luz das características e pré-condições listadas pelo autor, a fim de demonstrar o modo como os elementos presentes na teorização de Edward Azar se aplicam as tensões existentes na Abecásia, Ossétia do Sul e no Nagorno-Karabakh.

Assim é realizada uma análise quanto a escala de importância sugerida por Edward Azar ao longo da sua construção teórica, demonstrando que para determinados casos a leitura mais adequada deve ser realizada tendo como ponto de partida outros aspectos que não necessariamente as necessidades humanas, tais como, fatores históricos que se manifestam principalmente neste estudo no contexto étnico comunitário, por meio do revanchismo e do sentimento nacionalista.

Destaca-se que não se trata da impossibilidade de identificar outros elementos, dado que por natureza são complementares, mas sim, em reconhecer o que impulsiona a tensão e fundamenta as percepções dessas populações inseridas no cenário do conflito. Cita-se por exemplo, que a rivalidade étnica existente no Cáucaso torna-se até mesmo causadora de necessidades humanas, por vezes até então inexistentes.

O capítulo está estruturado em três seções, sendo a primeira a aplicação das quatro pré-condições aos conflitos no sul do Cáucaso, seguida de uma análise quanto a sua escala de importância no âmbito dos conflitos no Azerbaijão e na Geórgia.

A terceira e última seção é dedicada às considerações finais desta pesquisa, reunindo todo o conteúdo apresentado e indicando outras influências para os diferentes conflitos prolongados que ocorrem no Norte e Sul global e as raízes históricas que os definiram.

3.1. ABECÁSIA, OSSÉTIA DO SUL E KARABAKH: CONFLITOS PROLONGADOS NO CÁUCASO DO SUL.

Com a apresentação dos eventos históricos e políticos que influenciaram para a ocorrência dos conflitos no capítulo anterior, é possível perceber que os três casos no sul do Cáucaso compartilham de pontos em comum. Primeiramente, em se tratando do prolongamento temporal, é possível observar que na Ossétia do Sul, Abecásia e Nagorno-Karabakh, desde que as hostilidades foram iniciadas na década de 90, essas permanecem ainda sem solução, e continuam a manter as crises securitárias nos territórios da Geórgia e do Azerbaijão, respectivamente. Nesse sentido, no que se refere ao Azerbaijão, a fase mais recente de escalada do conflito em 2020 garantiu a vitória militar formal contra o movimento separatista armênio. De acordo com M.Yavuz e M. Gunter, o Governo azerbaijano “Determinado a recuperar seu território ocupado após a Primeira Guerra do Karabakh (1988–1994), [...] finalmente recuperou seu território perdido na Segunda Guerra de Karabakh, vencida em 2020” (YAVUZ e GUNTER, 2022, p.8). Por outro lado, o contexto do conflito em território georgiano, se mantém pela característica de um conflito congelado, sem escaladas militares.

No que se refere ao quesito temporal, é possível observar o fato de que há um período curto de duração dos conflitos em altos níveis de intensidade, seguidos de períodos relativamente extensos de negociações diplomáticas e manutenção do ambiente provocado enquanto ocorreram os confrontos.

Esse cenário se apresenta nos conflitos analisados por Azar, e também nos que constituem objeto desta pesquisa, dado que possuem uma média de 30 anos de duração, reforçando sua identificação na condição de Conflitos Sociais Prolongados.

Edward Azar (1978) apresentou alguns conflitos com essa duração, envolvendo as partes, os anos de início e término oficiais, além da influência externa, listando os mesmos em seu artigo *Protracted Social Conflict: Theory and Practice in the middle east*, publicado em 1978, a saber:

Imagem IV - Conflitos Prolongados selecionados por Edward Azar.

SELECTED PROTRACTED CONFLICTS		
<i>Conflict Actors</i>	<i>Years</i>	<i>External Parties</i>
Kashmir (India, Pakistan) & India-Pakistan	1947-49 and many years of tension since 1947	China
Arab-Israeli	1948-78	UK, USA, USSR, and many others
China-Taiwan	1949-78	USA and others
North Korea - South Korea	1950-78	USA, NATO, USSR, China, and others
Cyprus (Turkish-Greek)	Pre - and post - 1962	NATO, others
Trieste (Italy-Yugoslavia)	1947-53 and after	
Cambodia - South Vietnam	Since 1949	USA, China and others
North Vietnam - Laos	1953-57 and after	
Somalia - Ethiopia	1961 to present	Arab states, Western and Eastern bloc states
Lebanon (internal and inter-Arab)	1945 - present	Arab, USA, USSR, France and others
Northern Ireland	Especially since 1970	UK
Sino-Soviet	Since the 1950's but especially since 1963	
Berlin (Germany W and E and NATO-Warsaw Pact)	1948 to the present	

Fonte: Protracted Social Conflict; Theory and Practice in the Middle East. Edward E. Azar, Paul Jureidini and Ronald McLaurin. Journal of Palestine Studies, Vol. 8, No. 1 (Autumn, 1978), pp. 46.

Essa característica está presente na teoria de Edward Azar, ao mencionar a importância de haver disponibilidade das partes em conflito de

alguns elementos fundamentais, como os recursos humanos, o fator econômico e também político. Nesse sentido, a alusão criada por Azar (1978) no seu conceito de Conflito Social Prolongado retoma a concepção do conflito em um ciclo de disponibilidade e escassez, segundo o autor “enormes quantidades de recursos humanos e materiais continuarão sendo consumidos na "roda giratória" (AZAR, 1978, p.59-60)

Conforme mencionado no parágrafo anterior, o conflito do Nagorno-Karabakh consiste em uma exceção considerando os últimos eventos no contexto político de 2020, e a escalada da violência na região entre os Governos de Yerevan e Baku. Já nos casos que envolvem a Geórgia, apesar de não contarem com uma resolução, e com o desenvolvimento de negociações por vias diplomáticas, o cenário do conflito, sobretudo nas relações interétnicas, permanece como um fator de tensão, e as divisões territoriais e a ausência da soberania georgiana nos territórios da Abecásia e da Ossétia do Sul, só reafirmam que a divisão étnica ainda é um fator que mantém os conflitos ativos, separatista na Abecásia, e irredentista na Ossétia do Sul.

A característica seguinte que deve ser analisada diz respeito à extensão do conflito de um Estado para o outro, a qual certamente trata-se de uma das mais expressivas no contexto geopolítico do Cáucaso. As tensões entre os étnicos ossetas e georgianos, e abecasis e georgianos levou à interferência russa no conflito, não só por uma questão local dessas comunidades mas também por interesses ligados diretamente aos pilares da política externa russa para os Estados vizinhos.

E na medida em que os interesses russos aumentaram nas regiões em conflito na Geórgia, o controle de diferentes setores também foi expandido. De acordo com Ambrósio e Langer: “Ambos os territórios dependem da Rússia para sua segurança e sobrevivência econômica, e permanecem dominados militarmente, economicamente e até politicamente por seu patrono do norte”. (AMBRÓSIO e LANGE, 673, 2016).

De fato, a crescente busca do Governo de Moscou em influenciar nas políticas internas dos Estados vizinhos, sobretudo os do passado soviético,

levou a Rússia a estabelecer acordos bilaterais, na Europa e na Ásia, que garantisse esse objetivo. Ainda assim, o caso georgiano com as repúblicas da Ossétia do Sul e da Abecásia são destaques. Ainda de acordo com Ambrósio e Lange “após o reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abkházia em agosto de 2008, esse padrão foi replicado em relação a esses dois territórios”. (AMBRÓSIO e LANGE, 674, 2016).

Ainda nesse sentido, os autores afirmam que seu início se deu através de “acordos de “Amizade, Cooperação e Assistência Mútua” em setembro de 2008” ano da guerra russo-georgiana. (AMBROSIO e LANGE, 674, 2016). Após 2008, os autores destacam os seguintes acordos e seus efeitos:

Esse processo culminou em dois acordos que buscavam estabelecer uma nova linha de base para o futuro relacionamento da Rússia com esses territórios: o acordo de setembro de 2014 sobre “Aliança e Parceria Estratégica” com a Abkhazia e o acordo de março de 2015 sobre “Aliança e Integração” com a Ossétia do Sul. Esses documentos construíram uma estrutura legal abrangente que fornece à Rússia uma influência considerável nesses territórios, mas envolveu concessões substanciais de ambos os lados, especialmente de Moscou. (AMBROSIO e LANGE, 674, 2016)

No caso do Nagorno-Karabakh, o envolvimento russo em busca da mediação do conflito, além da aproximação do Azerbaijão e da Turquia, como nações que compartilham das mesmas origens étnicas e linguísticas, marcam os efeitos dos conflitos no contexto regional. De acordo com German Tracey (2013):

A disputa não resolvida entre o Azerbaijão e a Armênia sobre Nagorno-Karabakh é um dos conflitos não resolvidos mais preocupantes na região do Cáucaso, tanto porque envolve dois estados soberanos quanto porque as três principais potências regionais – Rússia, Turquia e Irã – têm posições diferentes. em relação à questão. (TRACEY, 2013, p.1).

Isso influencia para a tendência ao equilíbrio parcial, que como já mencionado anteriormente neste estudo, é o que permite que o conflito se torne prolongado, e nesses casos analisados no Cáucaso, tem-se especialmente no Nagorno-Karabakh, ao menos ao longo de duas décadas,

um equilíbrio entre os Estados do Azerbaijão e da Armênia junto a atuação dos separatistas armênios.

As condições e capacidades de defesa e tecnologia militar dos dois países, sobretudo nos primeiros anos do conflito, permitiu o avanço das forças separatistas e a manutenção do seu autogoverno na região autoproclamada independente. Ainda assim o cenário de equilíbrio, só foi anulado com a superioridade tecnológica no setor militar desenvolvido por autoridades do Azerbaijão.

De acordo com os registros no período da Segunda Guerra do Karabakh é possível observar o quanto o avanço na tecnologia foi determinante para a vitória azerbaijana. Nas palavras de Andrew Bowen (2021):

Durante a guerra, o Azerbaijão contou fortemente com o uso de drones, incluindo equipamentos comprados da Turquia e de Israel, para identificar, alvejar e atacar posições defensivas armênias e unidades blindadas. As defesas aéreas em Nagorno-Karabakh consistiam principalmente em sistemas soviéticos ou russos mais antigos, que eram amplamente ineficazes contra drones azerbaijanos mais recentes. As forças armênias/Nagorno Karabakh sofreram pesadas perdas de equipamentos blindados e foram incapazes de coordenar as reservas para lançar contra-ataques contra as forças azerbaijanas. (BOWEN, 2021, p.9).

A questão osseta e da abecásia por sua vez, conta com as mesmas condições de desenvolvimento equilibrado do conflito, tendo somente o envolvimento de separatistas e forças armadas da Geórgia, sendo o equilíbrio prejudicado unicamente na interferência russa de forma direta no ano de 2008.

A ausência de um encerramento para o conflito merece destaque entre as características, dado que mesmo havendo acordos formais de cessar fogo, como já mencionados nos capítulos anteriores, a movimentação dos nacionais dos países afetados e também dos étnicos das regiões separatistas que buscam sua independência permanecem. A partir das características, conforme mencionado anteriormente, faz-se necessário retomar a definição do Conflito Social Prolongado, e a partir da sua definição desenvolver a análise para suas pré-condições, que consistem na apresentação mais detalhada do que se observa na noção introdutória desta seção.

Desse modo, retomando o conceito dos Conflitos Sociais Prolongados, esses por definição consistem em “interações hostis que se estendem por longos períodos de tempo com surtos esporádicos de guerra aberta flutuando em frequência e intensidade” (AZAR, 1978, p.50). O conceito naturalmente reúne todo o exposto acerca das características, e visando o avanço na análise cumpre retomar também as suas pré-condições.

Em sua obra acerca da gestão dos conflitos sociais prolongados, Edward Azar demonstra na questão teórica, que inaugura a obra, uma série de quatro pré-condições que se encaixam no conceito mencionado neste parágrafo, e que já foram inclusive, mencionadas no primeiro capítulo deste estudo, sendo elas as necessidades humanas, as questões comunitárias, o papel do Estado e as suas conexões internacionais. Nesse sentido, seguindo a ordem estabelecida, a aplicação da questão comunitária no contexto do conflito na Abecásia e na Ossétia do Sul será analisada anteriormente à sua aplicação no caso do Karabakh, considerando para tanto a questão nacional a que estão inseridas.

Para retomar a noção da questão comunitária nos Conflitos Sociais Prolongados, deve-se observar que, para essa pré-condição, Azar afirma que “se uma sociedade é caracterizada por uma composição multi comunitária, é mais provável que surjam conflitos sociais prolongados”. (AZAR, 1990, p.7). Ao desenvolver o conceito adotado, Azar afirma que o contexto comunitário envolve os elementos étnicos, religiosos, linguísticos e ainda outras características de identidade cultural. Na busca por identificar esses elementos nos casos em território georgiano, cumpre destacar cada um deles de forma individual.

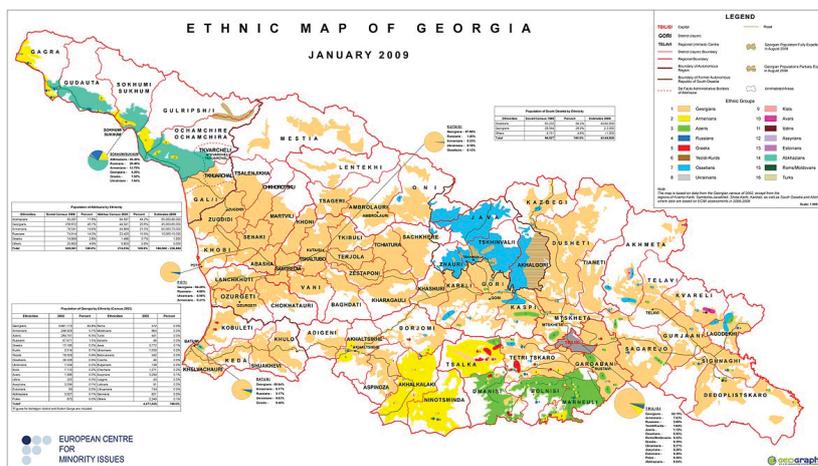
Em primeiro lugar, quanto ao fator étnico, a composição no território georgiano é altamente plural, conforme se observa por exemplo nas palavras da autoras georgianas Lia Melikishvli e Natia Jalabadze (2015):

A Geórgia é conhecida por sua composição multiétnica e multicultural. Representantes de várias nacionalidades se estabeleceram no país desde os tempos antigos. Azeris, armênios, gregos, alemães, judeus, curdos, ossetas, russos, etc, vivem na Geórgia há séculos, principalmente em enclaves densamente povoados e, às vezes, em assentamentos mistos. Em diferentes momentos históricos, a

composição étnica da Geórgia mudou permanentemente devido à entrada e saída de diferentes grupos étnicos. (MELIKISHVILI E JALABADZE, 2015, p.83).

Nos casos de conflito, a diversidade envolve diretamente a convivência entre étnicos abecasis, ossetas e georgianos (kartvelianos). A composição étnica no caso da Geórgia pode ser observada no mapa abaixo, que demonstra a distribuição geográfica de cada um das etnias existentes na Geórgia, produzido no ano de 2009 e com base no censo demográfico realizado em 2002 no país, a saber:

Imagem V - Mapa étnico da Geórgia.



Outro fator que tem grande relevância nos conflitos do Cáucaso do Sul refere-se à questão religiosa e o modo como a mesma ocupa um fator relevante na formação nacional.

Esse aspecto em especial não necessariamente diz respeito às regiões separatistas no território, mas principalmente quanto à própria Geórgia, que conforme já mencionado anteriormente, possui na Igreja nacional uma característica fundamental para constituir o nacionalismo georgiano.

Nesse sentido, a Igreja Ortodoxa Apostólica Autocéfala da Geórgia não só ocupou um papel fundamental na história antiga e recente do país com relação a sua independência, como também exerce atualmente grande influência no Estado, tendo garantido status especial no texto constitucional atualmente vigente na República da Geórgia⁷.

A questão religiosa se mostra como um fator em decorrência de sua influência na identidade nacional, compondo um elemento fundamental na questão comunitária aplicada ao caso georgiano.

Por outro lado, as repúblicas auto proclamadas independentes da Abecásia e da Ossétia do Sul tem destaque em suas respectivas bases comunitárias na questão étnica.

Nota-se também que o fator religioso consiste como menos relevante, considerando que em ambas as regiões a diversidade religiosa e a ausência de um status especial para determinada religião não é registrado.

Cita-se por exemplo que no caso da Abecásia, os símbolos nacionais reafirmam a composição plural na religiosidade de sua população, sendo o expoente dessa representação a bandeira nacional com referência a composição da população e convivência harmoniosa entre muçulmanos e cristãos.

Além disso, a questão linguística inegavelmente ocupa um outro fator determinante para moldar a identidade nacional dos grupos étnicos existentes no território georgiano.

⁷ A constituição georgiana apresenta em seu capítulo I, artigo 8, que: " [...] o Estado deve reconhecer o papel destacado da Igreja Ortodoxa Apostólica Autocéfala da Geórgia na história da Geórgia e sua independência[...]" (GEORGIA, 1995). (tradução nossa).

Deve-se dizer ainda, que o fator linguístico tem ligação com a política de formação do Estado então idealizado como puramente nacional georgiano, e também com o momento inicial dos conflitos no pós-independência.

Nesse sentido, segundo Stephen Jones (1995), ao tratar da cisão étnica entre abecasis/ossetas com os georgianos, o autor aponta primeiramente para a importância da língua como um fator de divisão. Nesse sentido, quanto aos abecasis, Jones menciona que “sua insegurança, reforçada por um sentimento de superioridade georgiano e, em diferentes períodos deste século, uma política hostil em relação a eles, os levou a erguer a bandeira da língua em sua exigência de paridade” (JONES, 1995, p.537).

Para além da dimensão comunitária, Azar atribui grande relevância à pré-condição das necessidades humanas como ponto de origem e manutenção dos conflitos de natureza prolongada. Segundo Edward Azar o bem estar e a sobrevivência individual e comunitária, são os dois pontos de partida para envolver os indivíduos e grupos a moverem ações de agressão contra outros grupos comunitários, ou eventualmente contra suas próprias instituições. Para o autor é possível afirmar ainda que as necessidades humanas envolvem fatores complexos e que a limitação a determinado caso não necessariamente reflete sua totalidade, nesse sentido, é um equívoco admitir que as necessidades materiais seriam o que diretamente gera um conflito, mas sim envolveria questões como o acesso às instituições sociais.

Nesse sentido, como já mencionado na apresentação dos conflitos no território georgiano, a mobilização das regiões separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul se deu a partir de duas vertentes, em primeiro lugar na ausência de participação política desses étnicos na formação do Estado georgiano, e de certo modo, no seu desinteresse em compor esse mesmo Estado.

Além do fato de que diretamente, a sobrevivência e o bem estar populacional tornou-se um fator de grande complexidade, dado que a convivência étnica nesses territórios esteve comprometida por políticas que envolviam massacres e ataques entre as populações georgianas, abecasis e ossetas.

Para além das necessidades humanas, observa-se que ao aplicar a dimensão de atuação do Estado nos Conflitos Sociais Prolongados, é possível identificar a mesma nos casos da Abecásia e da Ossétia do Sul a partir da privação ou satisfação das necessidades mencionadas no parágrafo anterior.

As necessidades humanas que representam tanto aspectos individuais, como de bem estar comunitário, envolvem diretamente a dimensão estatal dos conflitos, e nesse sentido, quando analisada a participação do Estado georgiano, bem como dos Estados de facto estabelecidos por autoridades auto proclamadas independentes, observa-se que há uma variação no papel do Estado, podendo ser de atendimento das exigências populacionais ou ainda de repressão por parte da autoridade estatal quanto às manobras políticas da sua população.

Por fim, já quanto à condição das conexões externas, os casos no Cáucaso do Sul em geral, e especificamente os que inauguram essa aplicação conceitual ao caso prático, demonstram de forma clara que as pré-condições listadas por Azar são identificadas nos conflitos em território georgiano. Nesse sentido, é possível observar as duas possíveis formas de conexões externas, pelo viés da cooperação e pelo viés intervencionista.

Na vertente da cooperação, a Geórgia encontra apoio direto de outros Estados que temem a intervenção russa, ou que estão no mesmo status de alvos na política externa daquele Estado.

Esses são exemplos a Ucrânia, Moldávia e o Azerbaijão, além é claro da assistência indireta fornecida por Estados aliados, que são identificados na Europa Ocidental e na atuação dos Estados Unidos. Essa conexão com as potências ocidentais se mostra enraizada, inclusive, por uma questão social.

De acordo com Kalachia e Minesashvili (2015), a política externa georgiana para a OTAN, UE e também nas relações bilaterais com os Estados Unidos. devem ser entendidas como um fator de equilíbrio.

[...] equilibrar o poder russo, é visto como primordial para a segurança da Geórgia, constituiu um dos principais objetivos da política externa do país desde 1994. Para a Geórgia, o alinhamento com as potências ocidentais e a participação em suas estruturas, como a OTAN e a UE, representam um meio de alcançar a segurança, mas esse objetivo

também surge da ordem social georgiana. (KALACHIA E MINESASHVILI, 2015, p.175).

Na perspectiva georgiana considera-se que atores externos têm um peso distinto quanto aos efeitos no conflito, primeiramente pelo fato de que a Rússia como potência global e Estado dominante no contexto regional se opôs diretamente as políticas adotadas por autoridades da Geórgia, de modo que uma relação direta entre esses países resultou em um novo conflito, de natureza interestatal (russo-georgiano).

Já quanto às repúblicas separatistas, suas conexões externas foram estabelecidas em um cenário de verdadeira dependência do Estado russo, dado que seu reconhecimento é limitado à Federação russa e outros Estados de menor expressão que acompanham suas decisões.

Há que se ressaltar também que as relações com a Rússia por autoridades da Abecásia e da Ossétia é vinculada com a noção das necessidades humanas a partir do contexto comunitário, dado que visava não só alcançar os objetivos políticos regionais, mas sobretudo garantir a sobrevivência dos étnicos que habitam ambas as regiões.

As pré-condições apresentadas por Edward Azar podem ser resumidas nos casos de conflitos na Georgia com as regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul como se apresenta na tabela a seguir:

Quadro II - Pré-condições dos Conflitos Sociais Prolongados aplicadas aos casos da Abecásia e Ossétia do Sul nos conflitos com a Geórgia.

Estado De facto/De jure	Necessidades Humanas	Questão comunitária	Papel do Estado	Conexões Internacionais
Abecásia	Sobrevivência étnica.	presente nos elementos étnico e linguístico.	prestação de auxílio para com seus nacionais.	Cooperação de natureza política e militar com a Rússia.
Geórgia	Sobrevivência étnica	presente nos elementos étnico, religioso e linguístico.	repressão dos étnicos abecasis e ossetas. (no período de formação nacional no pós-independência)	Conflito militar com a Rússia, cooperação com Estados do espaço pós-soviético que romperam com o Estado russo.

Ossétia do Sul	Sobrevivência étnica.	presente nos elementos étnico e linguístico.	prestação de auxílio para com seus nacionais.	Cooperação de natureza política e militar com a Rússia.
-----------------------	-----------------------	--	---	---

Fonte: tabela organizada pelo autor

De igual modo, após a apresentação das pré-condições dos Conflitos Sociais Prolongados aplicadas aos casos de conflito na Geórgia, cumpre realizar a mesma dinâmica no caso do Nagorno-Karabakh a fim de que se possa estabelecer através dos critérios teóricos a mesma condição de conflito prolongado. Assim, retomando a questão comunitária, e os fatores que envolvem sua compreensão (étnicos, religiosos e linguísticos) tem-se no conflito entre armênios e azerbaijanos uma distinção com fácil visualização se comparada a análise anterior entre abecasis, ossetas e georgianos.

Isso se dá pelo fato de que o elemento religioso na formação da Armênia como nação influencia diretamente toda a vivência comunitária, e tem efeitos até mesmo em outros elementos como o caso da língua nacional.

Em específico, assim como na Geórgia, a população armênia possui em sua Igreja nacional, a Igreja Apostólica Armênia, um forte apelo à unidade entre étnicos armênios desde a antiguidade. Assim, por consequência, considerando que o Karabakh está inserido em outro território, sua função de união nacional é reforçada, segundo Kimitaka Matsuzato e Stepan Danielyan (2013) “a IAA é uma igreja comunal que funciona para a exclusão de estrangeiros internos: os padres da IAA acusam aqueles que se converteram ao chamado “sectarismo” de terem deixado de ser armênios” (MATSUZATO, DANIELYAN, 2013, p.18). Por outro lado, a população azerbaijana, ainda que de maioria muçulmana, não adotou as bases religiosas como influência para o Estado moderno, o que constitui o Azerbaijão como uma república secular.

A Armênia por sua vez, buscou em suas raízes históricas estabelecer uma religião oficial para o Estado, o que também se reflete em sua Carta Constitucional, a saber:

O artigo 18 da Constituição da República Armênia, em seu paragrafo primeiro, estabelece que: A República da Armênia reconhece a missão exclusiva da Santa Igreja Apostólica Armênia, como Igreja

nacional, na vida espiritual do povo armênio, no desenvolvimento da sua cultura nacional e na preservação da sua identidade nacional. (ARMENIA, 2015). (tradução nossa)

Em se tratando do fator linguístico, e da sua ligação com a questão religiosa, o idioma armênio em sua forma escrita e falada se diferencia de qualquer outra língua, dadas suas raízes. Assim sendo, suas raízes também fortalecem a construção nacional e fomenta o nacionalismo, pela aproximação dos étnicos armênios em seus elementos culturais, e na diferenciação com os étnicos azerbaijanos, a sua importância é fundamental, conforme se observa nas palavras de Stefan Rabanus e Haykanush Barseghyan, “A língua, a escrita e a literatura armênias sempre foram fundamentais para a autoimagem da sociedade armênia” (RABANUS e BARSEGHYAN, 2015, p.13).

Nesse quesito, o armênio tem bases chamadas de purismo linguístico, que são influentes no contexto político, de acordo com Dum-Tragut “O purismo linguístico e o conservadorismo são frequentemente considerados os princípios básicos da política linguística armênia”. (DUM-TRAGUT, 2009, p.5) a autora segue afirmando ainda que “Desde os primeiros anos de independência até agora, líderes puristas e linguistas têm tentado reintroduzir termos arcaicos e obsoletos do armênio clássico ou criar estranhas traduções de empréstimo para muitas palavras estrangeiras.” (DUM-TRAGUT, 2009, p.5). É importante mencionar ainda, que o fator idiomático no caso do Nagorno-Karabakh tem influência direta na pré-condição de conexões internacionais, considerando o fato de que o isolamento linguístico não contribui para uma identificação interestatal no aspecto cultural, como se observa no pan-eslavismo, pan-turquismo e pan-arabismo.

No que se refere às necessidades humanas no contexto do conflito no Nagorno-Karabakh, pode-se afirmar que as hostilidades entre armênios e azerbaijanos apontam para uma direção distinta da ordem de importância adotada por Edward Azar ao tratar das pré-condições de conflitos sociais prolongados. A razão para distinguir esse caso consiste principalmente no fato de que mesmo as questões que envolvem o subdesenvolvimento econômico, que em regra foram substanciais nos casos analisados pelo autor para a elaboração do conceito, quando aplicado ao conflito do Karabakh em especial

não se trata de um fato gerador, mas na verdade de uma consequência da razão principal que sustenta toda a cadeia do conflito, que consiste na tensão étnica, fundamentada pelo aspecto comunitário. Desse modo a sobrevivência de cada indivíduo, bem como da comunidade a que o mesmo pertence, encontra-se no centro desse caso em função da pré-condição anterior.

Retomando a ordem adotada neste estudo, cumpre apresentar o papel do Estado no contexto do conflito entre armênios e azerbaijanos. Nesse sentido, o papel do Estado deve ser limitado às políticas adotadas pelo Azerbaijão no território do Karabakh, e não das decisões que envolvem a República Armênia em sua condição de Estado soberano.

Isso se dá pelo fato de que em termos de sucessão territorial, o Nagorno-Karabakh, conforme a previsão constitucional então vigente no período da dissolução da União Soviética, identificava a região autônoma como parte integrante de uma república azerbaijana, e sua alteração para independência só foi possível em função da agressão militar dos étnicos armênios em território azerbaijano com apoio direto de étnicos armênios provenientes da República Armênia.

Desse modo, é importante destacar que a postura das autoridades azerbaijanas se divide em dois momentos principais, ainda que em ambos os casos a intenção de preservação dos direitos aos étnicos armênios no território do Karabakh tenha sido garantida em todas as fases do conflito, em troca de uma eventual aceitação do retorno da soberania azerbaijana em suas fronteiras. Essas fases acompanham o desenvolvimento do conflito, sendo a inicial com o momento anterior a retirada da autonomia, e a de maior duração até o momento de retomada do conflito no ano de 2020.

Destaca-se ainda que o Estado azerbaijano não reconheceu ao longo do conflito as autoridades separatistas como legítimas, o que nos termos do conceito de Edward Azar poderia ser considerado como um caso de repressão do Estado, no entanto, esse entendimento pode ser questionado em decorrência do cenário de intervenção nos assuntos internos de um Estado soberano, com a ocorrência da dissolução da União Soviética em 1991 é propriamente um conflito interestatal.

Por fim, no que se refere à quarta e última pré-condição de um conflito social prolongado, cumpre mencionar as conexões internacionais no desenvolvimento do conflito no Nagorno-Karabakh. Primeiramente, deve-se observar que as forças separatistas do Nagorno-Karabakh, representadas por autoridades auto proclamadas independentes no Estado de facto, República de Artsakh, possuem conexões frágeis, considerando que sua esfera de reconhecimento se dá na mesma medida por outras república de reconhecimento limitado, incluindo os casos da Abecásia e da Ossétia do Sul. Ainda assim, a conexão que estabelece o maior sistema de cooperação se dá diretamente com a República Armênia, através do apoio político e militar, mesmo que no primeiro caso o Governo de Yerevan não tenha reconhecido a independência dos separatistas armênios em território azerbaijano.

Havendo a dependência da política armênia no cenário internacional, a estratégia adotada é direcionada ao viés regional e das potências ocidentais, sobretudo no continente europeu. De acordo com Tracey German (2012):

“A Armênia precisa de aliados e investimentos econômicos, bem como proteção contra a ameaça do Azerbaijão. Assim, é forçada a confiar em outros estados regionais para a sua segurança, particularmente a Rússia e o Irã, ao mesmo tempo em que mantém o interesse de organizações ocidentais, como a UE”. (GERMAN, 2012, p. 220).

Deve-se mencionar ainda, uma característica importante que também difere o caso do Karabakh dos outros conflitos no Cáucaso do Sul, trata-se da influência da diáspora. Ao contrário dos povos Abecassis e Ossetas, o caso armênio tem em sua diáspora um elemento de fortalecimento para a campanha nacional de reivindicação de territórios para além das fronteiras internacionalmente reconhecidas da República Armênia.

Para compreender a expressão da comunidade armênia em sua diáspora distribuída em todo o mundo, cumpre mencionar as palavras de Kolstø e Blakkisrud (2012):

Embora a população do estado de fato seja pequena, os armênios locais podem recorrer a uma extensa comunidade de parentes étnicos. A população da República da Armênia é de cerca de 3,3 milhões. Além disso, os armênios têm uma das maiores diásporas do

mundo em relação ao seu tamanho: no início de 1990, a 'diáspora externa' foi estimada em 1,5 a 2,5 milhões de pessoas e a 'diáspora interna' (dentro do território pós-soviético) um adicional de 1,5 a 2 milhões de pessoas.¹⁰ Nem todas são politicamente ativas, mas muitas abraçaram a 'causa armênia'. A maioria dos armênios que vivem nos Estados Unidos e na Europa Ocidental vêm da Anatólia turca e fazem lobby principalmente para que o massacre de armênios no Império Otomano em 1915 seja reconhecido como genocídio. Muitos deles, no entanto, também têm grande interesse na situação dos armênios no sul do Cáucaso. (KOLSTØ E BLAKKISRUD, 2012, p.144).

Cumprir destacar que essa participação externa não se mostrou coesa e estruturada desde a tensão inicial na década de 80, sendo fortalecida na primeira guerra do Karabakh e mantida nos anos seguintes.

Segundo Maria Koinova (2011), “no caso armênio, a diáspora não entendia o alcance e a direção do movimento nacionalista em 1988, mas já estava investida coletivamente na independência de Karabakh em 1992” (KOINOVA, p. 349, 2011).

Da integração promovida entre comunidades armênias em todo o mundo, a campanha nos Estados em que essas comunidades se instalaram resultou na continuidade do conflito através de investimentos e propaganda dos eventos que ocorreram no evento separatista e nos anos seguintes.

Em todo o caso, desde as fases iniciais do conflito até sua escalada no ano de 2020, a participação de étnicos armênios e seus descendentes com outras nacionalidades para manutenção do conflito, de forma direta e indireta, demonstrou ser um fator importante para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, ainda de acordo com Koinova (2011) “a identificação emocional baseada na identidade com quadros de injustiça, seguida da atribuição de oportunidade ao secessionismo, faz com que as diásporas se envolvam numa espiral do conflito”. (KOYNOVA, p. 343 - 344, 2011). Esse elemento diaspórico reafirma de igual modo a questão comunitária, onde o nacionalismo territorial e extraterritorial fortaleceu as conexões étnicas e nacionais almejando o objetivo comum.

Por outro lado, no que diz respeito às conexões internacionais do Estado azerbaijano, o mesmo possui uma relação equilibrada com o principal ator

regional, e também potência global militar, a Rússia, além ainda de seus meios de cooperação estabelecidos por laços históricos e culturais com a Turquia.

Nesse sentido, no que diz respeito às relações Azerbaijão-Turquia, cumpre mencionar as palavras de Tracey German, que expõe o vínculo cultural entre os dois povos presente nos discursos de líderes turcos e azerbaijanos, a saber:

O Azerbaijão tem uma relação estreita com a Turquia, uma relação baseada em grande parte em semelhanças étnicas e linguísticas. Mustafa Kemal Atatürk proclamou que “a felicidade do Azerbaijão é a nossa felicidade e sua tristeza é a nossa tristeza”, uma citação frequentemente parafraseada pelos líderes turcos e azerbaijanos desde então, enquanto o ex-presidente do Azerbaijão Heydar Aliyev descreveu os dois países como “dois estados, uma nação”. (GERMAN, 2012, p. 221-222).

No âmbito do Cáucaso do Sul, o Azerbaijão ainda mantém relações positivas com a Geórgia, que enfrenta os mesmos desafios do separatismo, além de outras ex-repúblicas soviéticas como a Ucrânia e a Moldávia, que compõem juntamente com o Azerbaijão e a Geórgia, uma Organização de atuação regional, a GUAM, para alcançar uma solução aos conflitos nos territórios dos Estados membros.

Elkhan Polukov (2008), bem define o ponto em comum dos membros da Organização para Democracia e Desenvolvimento Econômico (GUAM), ao tratar sobre a mesma no período de sua formação. De acordo com Polukov (2008):

Uma análise da composição geográfica da nova estrutura (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia) e da situação econômica e política dos membros, permite identificar algumas características responsáveis pela composição da aliança. Três em cada quatro membros têm conflitos armados em seus territórios, cujas chaves (segundo muitos) ainda são encontradas em Moscou. (POLUKOV, 2008, p.119).

Em resumo, pode-se apresentar a questão do Nagorno-Karabakh a partir do conceito do conflito social prolongado como se segue na tabela abaixo:

Quadro III - Pré-condições dos Conflitos Sociais Prolongados aplicadas ao caso do Nagorno-Karabakh.

Estado de facto/de jure	Necessidades Humanas	Questão comunitária	Papel do Estado	Conexões Internacionais
República do Nagorno-Karabakh (Artsakh) junto a República Armênia	Sobrevivência étnica	Presente nos fatores étnico, linguístico e religioso.	Uso da população como ferramenta política de expansão territorial	Estado armênio e sua diáspora. Estado russo como potência regional
República do Azerbaijão	Sobrevivência étnica	Presente nos fatores étnico e linguístico.	Busca pela manutenção do conflito por meios diplomáticos e militares.	Estados que romperam com a dependência russa. Turquia.

Fonte: o autor.

Com o fim das pré-condições aplicadas aos casos de conflitos no Cáucaso do Sul, resta neste estudo estabelecer as conexões com as dinâmicas e também os possíveis resultados que também foram previamente estabelecidos por Edward Azar na elaboração do conceito de conflito social prolongado.

3.2. DINÂMICAS DOS CONFLITOS SUL-CAUCASIANOS

Assim sendo, considerando a apresentação individual de cada caso nos parágrafos anteriores, busca-se nesta seção, a partir das dinâmicas, desenvolver uma análise que se apresenta nas três regiões de conflito, Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh.

Desse modo, é importante dar início a menção das dinâmicas, ou processos de ativação, a partir da questão comunitária, seguindo desse modo a lógica das pré-condições. Para Azar (1990), “quando os sistemas organizacionais e de comunicação falham em um ambiente de desconfiança mútua entre grupos, o conflito prolongado pode começar a aumentar” (AZAR, 1990, p.12).

Nos casos em análise observa-se que a desconfiança decorreu de movimentações de cada grupo étnico almejando os seus respectivos objetivos nacionais, então justificada com as aspirações nacionalistas, que originaram a violência e a mantiveram em diferentes níveis. Para Edward Azar (1990) essa ativação dos conflitos na questão comunitária segue uma lógica de desenvolvimento, e em formas distintas, que variam a cada caso. Nas palavras do autor “à medida que o nível de organização e mobilização comunal aumenta, os grupos comunitários tentam formular estratégias e táticas mais diversas, que podem envolver desobediência civil, guerrilha ou movimentos secessionistas” (AZAR, 1990, p. 12 e 14). De fato, é possível observar ainda que as estratégias mencionadas pelo autor resultaram, nos três casos, em movimentos secessionistas, como uma maneira de garantir suas identidades nacionais, pela independência ou anexação.

Para além das dinâmicas comunitárias, a aplicação do conceito se dá também na esfera estatal, e sua identificação ocorre a partir das decisões do Estado como ator dominante no cenário dos conflitos. Segundo Azar, os Estados, através dos seus mecanismos, poderiam atender as necessidades populacionais desde a fase inicial em que demonstrassem insatisfação. No entanto, para o autor, o atendimento de tais exigências levaria a uma submissão da figura do Estado aos seus respectivos entes comunitários, e que em uma sociedade multi comunitária, poderia ser esse ato, interpretado como uma derrota imposta a figura estatal

Nesse sentido, Azar demonstra que há duas formas de atuação que mantêm o controle do Estado, ao menos de forma aparente, dos conflitos em seus territórios e entre suas populações, são elas: “a repressão coercitiva e a cooperação instrumental”. (AZAR, 1990, p.14). Iniciando pela cooperação, como um meio anterior aos atos de repressão, Azar afirma que: “a cooperação pode servir para mitigar as queixas da comunidade, mas geralmente é percebida como uma manobra tática para fragmentar a oposição e desviar sua atenção”. (AZAR, 1990, p.14).

Nos casos do Cáucaso do Sul é possível compreender essa fase inicial, não só no âmbito da União Soviética, como também no pós-independência,

nas medidas de negociação e retirada da autonomia dos territórios independentistas.

Ainda assim, como a natureza cooperacional é aparente, uma vez que não atende às necessidades comunitárias, Azar segue afirmando que na etapa posterior, a figura estatal se manifesta de forma repressiva, reforçando sua imagem como ator principal e dominante, buscando assim o controle de suas fronteiras através de atos violentos.

Para tanto, o Estado busca ainda opções a sua manifestação violenta de natureza repressiva, que se manifesta segundo Azar nas tentativas de “cortar os vínculos entre os atores comunitários domésticos e os grupos de apoio externos” (AZAR, 1990, p. 14). E ainda, na busca por sua própria assistência externa (AZAR, 1990, p.14). Em ambos os casos, sua aplicação nos conflitos em análise se mostra de forma clara e inequívoca.

Em se tratando da Abecásia e Ossétia do Sul, foi possível observar na exposição dos conflitos que ambos os casos contavam com o apoio de outros grupos étnicos das regiões vizinhas, que se manifestaram principalmente na colaboração da confederação do norte. Além é claro, da aproximação russa com ambas as regiões.

No caso do Nagorno-Karabakh, a aproximação étnica com a República Armênia demonstra a conexão externa das forças separatistas locais, que repousa, como já mencionado, na noção irredentista de congruência das fronteiras territoriais com as da nação então dividida.

Por outro lado, quanto aos Estados afetados, a Geórgia e o Azerbaijão, mantiveram suas estratégias de conexões externas fundadas no interesse comum de solução das disputas territoriais a que estavam inseridos, ressaltadas suas diferenças com relação ao Estado russo, a atuação nos dois casos possibilitou a criação de organizações regionais para facilitar a discussão dos temas nacionais no cenário global.

Quanto a violência orquestrada e aplicada por esses Estados, a fim de reprimir as ações secessionistas, deve-se mencionar que a cooperação mantida com Estados terceiros, como é o caso da Turquia para o Azerbaijão, e amplamente Estados da Europa ocidental e os EUA para a Geórgia, não se

apresentou de modo direto, com exceção das questões políticas em declaração de apoio a Integridade territorial azerbaijana e georgiana.

Além de fatores que envolvem diretamente o meio comunitário e o Estado, Azar demonstra que o próprio conflito se torna um mecanismo, ou seja, uma forma de auto sustentação a partir dos seus efeitos que renovam a medida em que o conflito ganha expansão, ou são reforçados, considerando o tempo que servem de fundamento para os atos violentos.

De acordo com Azar, essa forma de manter o conflito é resultado das percepções desenvolvidas pelas partes afetadas, sobretudo da imagem do outro, considerado como inimigo e provocador das necessidades impostas no cenário conflituoso, nas palavras de Edward Azar “a consequência são imagens negativas recíprocas que perpetuam antagonismos comunais e solidificam conflitos sociais prolongados” (AZAR, 1990, p. 15).

Em resumo, essa fase do conflito consiste para o autor em um sistema de espiral, onde as propostas de soluções políticas tornam-se raras e tendem a ser percebidas por todos os lados como mecanismos de obtenção de poder e controle relativos. Nesse estágio, a hostilidade gera hostilidade e o processo se institucionaliza. (AZAR, 1990, p. 15).

Claramente, nos casos em análise, desde as regiões separatistas na Geórgia, como no Nagorno-Karabakh, observa-se que a desconfiança entre os grupos étnicos resultou não só no envolvimento de outras partes como afirmado anteriormente, através das conexões externas, mas principalmente na criação de estereótipos e imagens negativas das partes conflitantes que, como já mencionado, não só dificultam a solução e eventuais negociações de paz, como também mantém o conflito em uma longa escala de duração.

3.3 CONCLUSÃO PARCIAL.

Do terceiro capítulo do presente estudo é possível identificar as quatro pré-condições listadas por Edward Azar nos conflitos do Cáucaso do Sul, onde da aplicação do conceito de Conflito Social Prolongado, constatou-se que o ciclo de violência entre os atores regionais é sustentado por questões comunitárias, necessidades humanas, a atuação do Estado para com sua população e de igual modo nas relações exteriores construídas por atores envolvidos no conflito.

Para cada uma das pré-condições que fomentam os conflitos, deve-se destacar que não há qualquer fator que eleve a escala de importância a elas atribuída, dado que como já mencionado anteriormente, consistem em um conjunto em que se complementam. Assim sendo, do conjunto a que pertencem, formam a ideia de roda giratória do conflito, ou de uma cadeia de eventos, que de acordo com a teoria de Azar, mantém a violência.

A proposta adotada no terceiro capítulo permitiu ainda não apenas a compreensão do conflito em suas diferentes vertentes, mas também expos a relevância da teorização de Azar, além dos outros teóricos dos estudos dos conflitos, em fornecer meios adequados de leitura e entendimento dos eventos violentos nos territórios do Azerbaijão e Geórgia.

A divisão do capítulo se deu em duas seções, que correspondem basicamente a aplicação do conceito de conflito social prolongado aos casos apresentados no capítulo dois, e ainda a exposição das dinâmicas do conflito, que no entendimento de Azar, direcionam aos resultados que reforçam a um ponto de chegada cada vez mais distante das partes conflitantes.

CONCLUSÃO.

Da conclusão da presente pesquisa, deve-se inicialmente, destacar que este estudo está inserido no grande debate dos Estudos dos conflitos, e faz parte da problemática de compreender as origens de atos violentos e as diferentes maneiras que um conflito é desenvolvido, ou que se mantém, por um período por vezes permanente, o que remota para a noção de prolongamento temporal do conflito, e direciona para a aplicação do conceito de Azar como base teórica.

Assim sendo, desde a revisão da literatura, apresentada com o objetivo de contemplar as diferentes contribuições para favorecer a compreensão dos conflitos em sua origem, seguindo do fundamento teórico basilar para a análise dos casos, o conceito definido por Edward E. Azar, e desenvolvido ao longo de sua pesquisa, sendo encerrado de forma célebre na obra "*The management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*", publicada em 1990, consiste em uma ferramenta de análise de grande valia para os mais diversos casos de conflitos interestatais e intraestatais em curso, como também, dos já encerrados.

A relevância da obra de Azar é evidenciada ainda pelo fato de que entre os objetos de análise deste estudo, no período de elaboração do conceito de conflito social prolongado, os mesmos sequer haviam sido ativados como se observa nas décadas posteriores, sobretudo a partir de 1993.

Destaca-se ainda que a harmonia representada no caráter complementar entre as produções na literatura especializada direciona para um nível ainda mais detalhado no âmbito do Estudo dos conflitos, condicionando outras áreas, como por exemplo os Estudos para a paz, a novos entendimentos.

Essa pesquisa também serviu de análise para os desafios enfrentados pelos Estados do espaço pós-soviético na elaboração de políticas que concedam maior autonomia aos seus governos, e do modo como a presença de uma potencial regional e também global condiciona aos Estados um status de satélite e dependência que dificilmente serão alterados nas bases atuais.

Ainda assim, nesta pesquisa também foi possível identificar um padrão de acontecimentos nos conflitos no Sul do Cáucaso. Os numerosos pontos em comum, dado a ligação histórica com a dominação russa, tornaram os eventos em um grau de semelhança que não se observa em outras regiões, mesmo com conflitos na mesma condição, quando ativados por causas separatistas de cunho independentista ou irredentista. Desse modo, a partir dos casos da Ossétia do Sul, Abecásia e Nagorno-Karabakh, entende-se que as necessidades humanas são sustentadas pela rivalidade étnica existente, pelo forte apelo à identidade nacional e a necessidade absoluta de distanciamento e preservação cultural que os indivíduos adotam para si como fator primordial.

Cumprido destacar ainda, que entre os três casos estudados ao longo desta pesquisa, a questão armênia no Karabakh é inegavelmente a que detém maior inserção de um grupo étnico, a qual se manifesta, sobretudo, no fator cultural, presente no contexto social e religioso, que direciona a identidade armênia para um nacionalismo étnico, dedicado a sua causa nacional no território de outro Estado, mobilizando recursos da República Armênia, e de sua numerosa diáspora para o conflito.

De toda forma, no que se refere ao questionamento deste estudo, de quais fatores são responsáveis pelo prolongamento e intensidade destrutiva nos conflitos do Cáucaso do Sul, entende-se que a razão recai na complementariedade entre todas as pré-condições listadas por Azar, além de que a razão para soma-los em uma única pesquisa se dá pela origem comum e desdobramentos relacionados pelo fator regional nos Estados afetados.

Entende-se ainda que para toda e qualquer análise de conflitos, e na propositura de medidas de resolução, é fundamental compreendê-los em sua essência a partir das suas motivações regionais, afastando modelos universais de análise. De igual modo, ainda que sejam identificados pontos comuns e um padrão de desenvolvimento na frequência de confrontos, essas características não podem sobrepor as especificidades que estão presentes em contextos distintos, com atores e conexões diversas.

No que compete a análise conjunta dos casos em diferentes territórios, o mesmo se justifica pela proximidade de causas e desenvolvimento dos

conflitos, sobretudo pelo ponto de origem e pelas conexões internacionais realizadas pelos Estados Soberanos afetados e as repúblicas autoproclamadas independentes que correspondem aos conflitos na Geórgia e no Azerbaijão.

Além disso, considera-se que as razões apresentadas por toda a literatura especializada, ainda que tenham alcançado um nível avançado no detalhamento dos conflitos, há outros possíveis pontos de partida para análise que poderiam ser compreendidos por sua influência em grande parte da Sociedade Internacional.

Como por exemplo, o sistema colonial e o conjunto artificial de nações que surgiram nesse processo, além do imperialismo como prática determinante no comportamento dos Estados, tanto aos que provocam esse sistema quanto aos que são afetados.

Em outras palavras, analisar conflitos prolongados no Sul global, não permite compreender na sua totalidade os eventos que ocorrem no Norte global, dado que as dinâmicas de interação entre suas populações partem de percepções e eventos distintos. De igual modo, nem mesmo no Norte Global pode-se adotar uma conceitualização precisa e de amplo alcance, considerando que internamente possui suas variações regionais.

Como exemplos, podem ser mencionados, no âmbito do Norte Global a divisão no continente europeu, e sua concepção ocidental e oriental. O Imperialismo Soviético na Europa Oriental e a resistência dos seus Estados vizinhos.

Já quanto à Europa Ocidental, as dinâmicas das relações de poder e o estabelecimento de acordos regionais. Quanto ao Sul Global, as marcas da colonização, a influência européia, e os movimentos independentistas no período colonial provocaram conflitos e dinâmicas que persistem nos desafios atuais desses Estados.

REFERÊNCIAS

- AZAR, Edward E., Paul Jureidini, Ronald McLaurin. "Protracted Social Conflict: Theory and Practice in the Middle East," *Journal of Palestine Studies* 8(1):41-60. 1978.
- AZAR, Edward E. Azar, FARAH. Nadia. The structure of inequalities and protracted social conflict: A theoretical framework, *International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations*, 7:4, 317-335. 1981.
- AZAR, Edward E. "Protracted International Conflicts: Ten Propositions." *International Interactions* 12(1):59-70. 1985.
- AZAR, Edward, MOON, Chung-In. Third world national security: Toward a new conceptual framework, *International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations*, 11:2, 103-135. 1984.
- AZAR, Edward E. MOON, Chung-In. "Management of Protracted Social Conflict in the Third World." *Ethnic Studies Report* 4(2). 1986.
- AZAR, Edward / HADDAD, Robert, F. Lebanon: An Anomalous Conflict?. *Third World Quarterly*, Vol. 8, No. 4 (Oct., 1986), pp. 1337-1350
- AZAR, Edward E.. *The Management of Protracted Social Conflict: Theory and Cases*. Dartmouth Publishing Company Limited: Hampshire, England and Brookfield, Vermont. 1990.
- BURTON, John W. (John Wear), 1915 – *Conflict: human needs theory*. Published by The Macmillan Press Ltd. First Published, 1990.
- GARDNER, Anne-Marie. *Diagnosing. Conflict: What Do We Know?*. 2002.
- GERMAN, Tracey. The Nagorno-Karabakh Conflict between Azerbaijan and Armenia: Security Issues in the Caucasus. *Journal of Muslim Minority Affairs*, 32(2), 216–229.
- JEONG, Ho-Won. *Peace and Conflict studies - An introduction*. First published 2000 by Ashgate Publishing. 2017 Routledge.
- JEONG, Ho-Won. *Understanding Conflict and conflict analysis*. SAGE publications. First published 2008.
- JONES, Benjamin/ METZGER, Shawna. *Evaluating Conflict Dynamics: A Novel Empirical Approach to Stage Conceptions*. *Journal of Conflict Resolution*. 1-29. 2016.

KALACHIA K., MINESASHVILI. Identity politics: Exploring Georgian foreign policy behavior/ *Journal of Eurasian Studies* 6 (2015) 171e180

KALDOR, Mary. *New & Old Wars*. Second Edition. Stanford University Press. Stanford. California, 2007.

KOINOVA, Maria. Diasporas and secessionist conflicts: the mobilization of the Armenian, Albanian and Chechen diasporas. *Ethnic and Racial Studies* Vol. 34 No. 2 February 2011 p. 333-356.

MITCHELL, C. R. (Christopher R) *The structure of international conflict*. MacMillan Press Ltd. 1ed. 1981.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Ethnic Conflict and Nation State*. Macmillan. 1996.

ZARTMAN, I. William. 'Need, Creed, and Greed in Intrastate Conflict'. In *Rethinking the Economics of War: The Intersection of Need, Creed, and Greed*, ed. Cynthia J. Arnson and I. William Zartman. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press. 2005.

ARMENIA, Constitution of the Republic of Armenia. Disponível em: <https://www.president.am/en/constitution-2015/>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

BIRCH, Julian. Ossetia: A Caucasian Bosnia in microcosm, *Central Asian Survey*, 14:1, 43-74. 1995.

BBC. Nagorno-Karabakh: Russia deploys peacekeeping troops to the region. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-54885906>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

COMRIE, Bernard. *The languages of the Soviet Union*. Cambridge University Press. 1981

COENE, Frederik. *The Caucasus: an introduction*. Routledge. 2010.

COLARUSSO, John. Abkhazia, *Central Asian Survey*, 14:1, 75-96. 1995.

CORNELL, Svante E. A Chechen state?, *Central Asian Survey*, 16:2, 201 - 213, 1997.

GAMMER, Moshe. Between Mecca and Moscow: Islam, Politics and Political Islam in Chechnya and Daghestan, *Middle Eastern Studies*, 41:6, 833-848. 2005.

GEUKJIAN, Ohannes. *Ethnicity, Nationalism and Conflict in the South Caucasus: Nagorno-Karabakh and the Legacy of Soviet Nationalities Policy*. Ashgate. 2012.

GHAPLANYAN, Irina. *Post-Soviet Armenia: The New National Elite and the New National Narrative*. Routledge, 2017.

GEORGIA. *Occupied Territories - Tskhinvali Region/South Ossetia* Disponível em: <https://www.gov.ge/en/tskhinvali-region>. Acessado em: 11 de março de 2023.

_____. *Occupied Territories - Abkhazia* Disponível em: <https://www.gov.ge/en/abkhazia>. Acessado em: 11 de março de 2023.

GERMAN, Tracey C. *Russia's Chechen War*. Routledge. 2003.

HAYDEN, William. *The political genesis of the conflict in Chechnya, 1990–1994, Civil Wars*, 2:4, 23-56. 1999.

JONES, Stephen. *Georgia - A political history since independence*. I.B. Tauris. 2012.

JONES, Stephen *The Georgian language state program and its implications, Nationalities Papers: The Journal of Nationalism and Ethnicity*, 23:3, 535-548, DOI: 10.1080/00905999508408401. 1995.

KENEZ, Peter. *A history of the Soviet Union from the beginning to the end*. Cambridge University Press. 2ed. 2006.

KORNPROBST, Markus. *Irredentism in European Politics: Argumentation, Compromise and Norms*. Cambridge. 2009. 1ed.

MATSUZATO, Kimitaka & DANIELYAN, Stepan. *Faith or Tradition: the Armenian Apostolic Church and Community-Building in Armenia and Nagorny Karabakh , Religion, State and Society*, 41:1, 18-34, DOI:10.1080/09637494.2013.769741. 2013.

NAÇÕES UNIDAS. *The armed aggression of the Republic of Armenia against the Republic of Azerbaijan: root causes and consequences*. Disponível em: <https://www.mfa.gov.az/files/documents-of-international-organizations-on-the-armenia-azerbaijan-conflict.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2022.

NAÇÕES UNIDAS. *Georgia map*. Disponível em: [Download georgia_3780_r6_sep15_120.pdf](#). Acesso em: 19 de março de 2022.

POLUKOV, El Khan. *GUAM as seen from Azerbaijan. Central Asia and Caucasus (Special Issue)*. No.3-4. (51-52). 2008.

POSTMA, Jöel. *Drones over Nagorno-Karabakh. Atlantisch Perspectief , 2021, Vol. 45, No. 2, Nieuwe uitdagingen? (2021), pp. 15-20.*

ROSENBERG, Peter. Linguistic Construction of Ethnic Borders. Peter Lang Edition. 2015.

SAPARAVO, Arsène. From Conflict to Autonomy in the Caucasus: The Soviet Union and the Making of Abkhazia, South Ossetia and Nagorno Karabakh (Central Asian Studies). Routledge. 2014.

SMITH, Graham. The Nationalities Question in the Soviet Union. Longman. 1ed. 1990.

SMITH, Jeremy. RED NATIONS The Nationalities Experience in and after the USSR. 2013.

SURASKA, Wisla. How the Soviet Union Disappeared. An Essay on the Causes of Dissolution. Duke University Press Books. 1998.

TILLY, C. (1991). Ethnic conflict in the Soviet Union. Theory and Society, 20(5).

WAAL, Thomas. Black garden: Armenia and Azerbaijan through peace and war. New York University Press. 2003.

WILLIAMS, Brian G. The Russo-Chechen war: A threat to stability in the Middle East and Eurasia. Middle East Policy, Vol. III, No.1. March. 2001. p.128-148.

YAVUZ, M. Hakan. e GUNTER, Michael. The Nagorno-Karabakh Conflict: Historical and Political Perspectives. Routledge, 2022.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2. ed. - Porto Alegre; Bookman, 2001.

ZURCHER. Christoph. The Post-Soviet Wars: Rebellion, Ethnic Conflict, and Nationhood in the Caucasus. New York University Press. 2007.